



Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz em substituição de Fernando Miguel Catarino José (conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata), Sandra Marina Lopes Frota Gomes em substituição de Vitor Manuel Ramalho Ferreira (conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques.

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes e Anita da Conceição Birrento Vilar, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira, Francisco Miguel Guerreiro Cabral e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.



## **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos apenas uma inscrição para intervenção neste período, a da Sra. Ana Margarida Paiva (conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata).

**Ana Margarida Paiva** – Venho colocar uma questão e gostava de a ver respondida, não só pelo executivo, mas que estivéssemos atentos a mais esta possibilidade ou não.

A questão é a seguinte, é verdade que há hipótese de se construir um complexo desportivo nos terrenos contíguos à Rua da Florex, em Brejos de Azeitão? Estes terrenos fazem parte da rede Ecológica Nacional e da Rede Agrícola Nacional.

Esta é a minha questão, há uma técnica de gestão, que quase toda a gente conhece, que é a técnica do boato, não sou fã da técnica do boato e por isso vim aqui precisamente ao sítio certo perguntar se isto é verdade ou não. Antes que me respondam que ainda não têm conhecimento de ter dado entrada, nos vossos serviços competentes, nenhum projeto desse género para a região em questão, deixem-me dizer-lhes que acompanhei o negócio, o qual tinha características muito especiais pelo que o investimento só se justificaria para o paradigma de investimento dos séculos passados, tanto a nível económico, como a nível social, este negócio só se justificaria se houvesse aval prévio das entidades de licenciamento do território. Deixem-me dizer-vos, também, agora já são considerações minhas, que dar autorização a este tipo de projetos naquela zona específica que prejudica os ecossistemas existentes e da região em particular, não é desenvolvimento do século XXI, do século em que estamos.

Recordo, também, que os espaços sem construções, ou seja, sem impermeabilizações dos solos, inserido no espaço urbano, são vitais para o equilíbrio da nossa vida. Muito obrigado e bom trabalho.

**Presidente da Mesa** – A informação que temos em relação à sua intervenção, é que neste momento não há conhecimento de um processo como o que está a referir, por isso irão averiguar se deu entrada algum projeto e depois será canalizada a informação.

## **VOTAÇÃO DAS ATAS**

### **1. Ata da 1.ª reunião da sessão ordinária da Assembleia de 24 de fevereiro de 2023**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **2. Ata da 2.ª reunião da sessão ordinária da Assembleia de 28 de fevereiro de 2023**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **3. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 3 de abril de 2023**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

## **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

#### **a) Interpeleções ao Executivo**

**Rui Lamim (PSD)** – O grupo municipal do PSD enviou por e-mail, no passado dia 10, um requerimento que pedimos que fosse respondido até à data de hoje, até à reunião de hoje e essas respostas não ocorreram. A pergunta era relativamente simples, quando e a que entidades foram executadas as seguintes decisões/recomendações contidas nos 3 relatórios que foram aprovados por esta Assembleia Municipal?

Recordo que no dia 24 de fevereiro aprovamos 3 relatórios, o 1º tinha a ver com o acolhimento de refugiados, o 2º com o estacionamento pago e o 3º com a Herdade da Comenda. As perguntas que fizemos, Sr. Presidente era só de acompanhamento das decisões das recomendações contidas nesses relatórios que eram, nem mais nem menos, recomendações desta Assembleia.

A primeira tinha a ver com os refugiados, o que é que tinha sido feito, quando e a que entidades foram executadas as seguintes decisões/recomendações? Havia uma primeira decisão relativamente aos refugiados, quanto à Comenda havia uma recomendação para envio do relatório ao Ministério Público, uma outra para envio do relatório à Comunicação Social, quanto ao estacionamento pago o envio era para efeitos de fiscalização sucessiva ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças e uma quinta pergunta sobre a divulgação à Comunicação Social.

Estranho e fico, não digo magoado, mas fica-se com a pulga atrás da orelha quando perguntas tão simples, não são respondidas. Senhor Presidente, o que se passa?

**Presidente da Mesa** – O senhor deputado esteve na reunião da Comissão Permanente? Falámos disto, não falámos? Perguntei ou não perguntei se os senhores queriam o dossier completo com cópia dos ofícios que foram distribuídos? Têm uma relação de toda a correspondência das três comissões e perguntei se queriam o dossier completo, a Comissão Permanente pronunciou-se dizendo que bastava saber se foram ou não enviados. É esta a listagem de todas as comissões e coloquei a questão na Comissão Permanente, foi unânime, e o senhor deputado não disse para lhe dar os ofícios para conferir, porque é que está a colocar agora a questão? Não entendo.

**Rui Lamim (PSD)** – Onde está essa resposta?

**Presidente da Mesa** – Como?

**Rui Lamim (PSD)** – Onde está a resposta ao nosso requerimento? Eu disse-lhe que não era necessário fazer um documento muito elaborado com as cópias de todos os ofícios enviados, apenas baseando na informação uma lista da execução, de quando e a que entidades foram executadas as seguintes decisões/recomendações. Era isso que pretendia ver respondido e não me chegou essa informação até ao momento.

**Presidente da Mesa** – Vamos distribuir cópias a todos os deputados dos ofícios, depois como foi na Comissão Permanente que foi dispensada essa tarefa de juntar, de compilar um dossier com todos os ofícios, foi isso que a Comissão Permanente disse, não foi feito por isso, agora se o senhor deputado quer, será feito para o senhor deputado e também para todos os senhores deputados, são mais umas centenas de cópias, não faz mal nenhum.

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente, só precisamos de uma relação de quando e a que entidades foram executadas essas decisões/recomendações, não precisamos de fotocópias de todos os ofícios enviados, foi disso que nós prescindimos. Confiamos na palavra das pessoas, mas precisamos dessa resposta, dessa relação, é uma coisa simples e foi isso que foi dito na Comissão Permanente, e essa resposta não chegou até ao momento.

**Presidente da Mesa** – Ó senhor deputado, admite que dentro de 2 ou 3 minutos lhe seja distribuída? Posso-lhe dar já esta e fica já entregue a listagem.

**Flávio Lança (IL)** – A minha questão prende-se com o encerramento do troço da estrada na Arrábida que condiciona o acesso às praias. O Sr. Presidente já nos disse, nesta Assembleia, que o assunto estava entregue a uma entidade competente e que seria resolvido muito em breve, questiono quando ficará esta situação resolvida e o que está a provocar este atraso na resolução do problema?

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente, desculpe, quero fazer mais uma interpelação à Mesa. O tempo foi-me descontado quando estava a fazer uma interpelação relativamente à condução dos trabalhos e não efetivamente a este ponto das interpelações ao executivo, pelo que peço a reposição do tempo.

**Presidente da Mesa** – Não sei é se o sistema dá para pôr a zeros uma intervenção em particular, o senhor quer um crédito de 5 minutos, é isso? É que gastou 5 minutos nessa intervenção.

**Rui Lamim (PSD)** – Não Sr. Presidente, não pretendo nenhum crédito, eu estava a fazer uma interpelação à Mesa acerca de um requerimento que fiz à Mesa, não se trata deste ponto da ordem de trabalhos, pelo que os 8 minutos que o PSD dispõe para tratar deste ponto devem ser utilizados integralmente e não em interpelações à Mesa.

**Presidente da Mesa** – O tempo que lá está consumido pelo PSD até agora, é um minuto e meio e é creditado ao grupo do PSD, não tenha problemas, daremos essa tolerância.

**Mariana Crespo (PAN)** – Na reunião da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, ou seja há um ano atrás, foi aprovada por maioria uma recomendação do PAN pela utilização de fogos de artifício silenciosos. Nessa recomendação era solicitada a preferencial utilização de formas mais ecológicas de celebração, sem poluição sonora e ambiental e a eliminação do uso de segmentos de fogo de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações. Ora, passado um ano é com surpresa aquando das celebrações do 25 de Abril ocorridas durante a presente semana, que verificamos que nada foi implementado e assistimos à habitual poluição sonora.

Além de se tratar de uma recomendação aprovada por maioria em Assembleia Municipal, o que já de si deveria ser objeto de um seguimento adequado, a preocupação com a utilização de fogos de artifício silenciosos reflete uma vontade da população, tal como também foi expresso por alguns munícipes nas iniciativas denominadas “Ouvir a população” organizadas por este executivo. Penso que o Sr. Presidente, também, terá ouvido. Assim, sendo, gostaria de perguntar por que motivo não foi implementada a referida recomendação e quando o será?

**Manuel Fernandes (PS)** – Apenas questionar, porque a questão também já foi levantada aqui anteriormente, tem a ver com o encerramento da Rua Círio da Arrábida, em que o Sr. Presidente no passado 27 de fevereiro, se não me falha a memória, teve uma reunião com uma série de entidades em que chegou à conclusão, com base em informação obtida, que prorrogava o encerramento até ao final do mês de março da dita estrada. Entretanto, já passou o mês de março, já estamos a finalizar o mês de abril e nada mais soubemos relativamente ao ponto de situação do encerramento desta estrada, Sendo que para concluir e para decidir melhor aquilo que disse o Sr. Presidente, queríamos saber também se já estão concluídos os tais estudos e se irá definir um plano de execução para melhor segurança e mobilidade

naquela estrada. A nossa questão é se esse plano de execução já está detalhado ou se já está definido e quando é que é para entrar em vigor?

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, gostava de saber como é que está o ponto de situação entre o Executivo e os Bombeiros Sapadores, se tem havido reunião com os Bombeiros Sapadores, se tem havido desenvolvimentos, como é que está e se temos novidades e boas novidades para darmos aos setubalenses e a todos os que nos estão a ouvir.

**Vítor Rosa (BE)** – Três perguntas, Sr. Presidente, em dezembro de 2021 foi aprovada por esta Assembleia uma proposta de criação de uma Comissão Eventual para as comemorações da celebração dos 50 anos do 25 de Abril. Proposta aprovada favoravelmente por todas as forças políticas aqui representadas, excepto a abstenção da Iniciativa Liberal.

No passado dia 17 deste mês, o Sr. Presidente, em artigo de opinião no jornal “O Setubalense” e também no seu discurso na Sessão Solene desta Assembleia Municipal, na passada terça-feira, o senhor afirmou que toda a programação das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril foi promovida pela Câmara Municipal de Setúbal e que a sua definição resultou do debate e de sugestões vindas da população sadina, nomeadamente através de uma Comissão de Honra representativa de diversas entidades e personalidades locais que aprovaram um programa que procura defender o ideal democrático do 25 de Abril. Pergunto, Sr. Presidente, se tem conhecimento dos trabalhos realizados por esta Comissão, uma vez que a mesma apresentou ao seu interlocutor 27 propostas de trabalho para eventual realização, no âmbito das comemorações a serem apresentadas na referida Comissão de Honra, à qual pedimos, através do seu interlocutor, a participação nas reuniões da mesma sem qualquer sucesso. Pergunto, Sr. Presidente, se tem conhecimento dos trabalhos realizados por esta Comissão, porque nunca se referiu no seu artigo e no seu discurso ao trabalho desta Comissão. O Sr. Presidente evocou no seu artigo uma quadra da canção “venham mais 5” de José Afonso, permita-me uma pequena variação na quadra, Sr. Presidente, a gente ajuda, havemos de ser mais, eu bem sei, mas não deite abaixo o que esta comissão levantou.

Segunda questão, no seu discurso na sessão solene avançou com a informação de que têm em curso um complexo processo de conversações com a concessionária do estacionamento tarifado, com vista a conseguir uma revisão do contrato de concessão, procurando a melhor adequação às necessidades da cidade. Pode apresentar a esta Assembleia uma informação mais detalhada do que são estas conversações e quais os seus impactos face ao atual contrato de concessão? Vão ser reduzidos o número de anos de duração do contrato? Vão ser reduzidos os números de lugares tarifados? Se sim, onde? Aceita o Sr. Presidente e o executivo as recomendações sobre esta matéria aprovadas no relatório da Comissão de Urbanismo? Deixo estas questões que serão as que mais interessam no imediato a todos os munícipes.

Última questão, fruto do requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda e aceite por todas as forças políticas aqui representadas para a Assembleia Municipal extraordinária de debate sobre a habitação, foi solicitado através da Mesa desta Assembleia no ofício de 4 de abril, o pedido de um conjunto de informações sobre habitação solicitando a sua entrega até ao dia 21 de abril. Tendo em conta a realização da referida Assembleia a 12 de maio, daqui a 15 dias, e que já passou uma semana sobre o prazo de envio a esta Assembleia da informação solicitada, pergunto em que ponto e para quando está previsto a entrega desta informação?

**Eduardo Pinto (PSD)** – Voltando aqui a um assunto já um pouco antigo, queremos saber como é que está a situação dos Bombeiros Sapadores? Ao que consta existe o horário dos sindicatos e o horário do Comandante, até quando é que esta situação se vai manter?

Cada vez mais, em Setúbal, assistimos a que as ruas estão a encolher, com menos largura, ferros de um lado e do outro, está previsto algum simulacro de segurança para a cidade com estas situações?

Por fim, perguntar algo que penso que, também, todos reparam quando se desce a Avenida Antero de Quental, quando se vem do Alegro, está ali aquele reservatório de água, há pessoas que vêm do exterior para visitar aquela obra devido à sua arquitetura, está previsto algum restauro ou aquilo vai passar a ser publicidade do Montepio eternamente?

**b) Intervenção do Executivo**

**Presidente da Câmara** – Vou procurar responder às questões que foram colocadas, certamente compreenderão que em relação a algumas questões que foram levantadas não tenho a informação aqui, mas como tem acontecido sempre fica o registo das questões que não estou em condições de responder. Peço imensa desculpa, mas não percebi muito bem, relativamente à questão que o senhor deputado municipal Rui Lamim colocou, fiquei sem perceber se tem alguma coisa a ver com a Câmara. Peço desculpa, mas não percebi muito bem.

Relativamente ao senhor deputado da Iniciativa Liberal e também ao senhor deputado Manuel Fernandes, creio que havia mais alguém que também questionou, a questão do acesso às praias e do encerramento da estrada, da Av. Círio da Arrábida, senhores deputados municipais, creio que todos têm a informação que nos editais que foram divulgados ficou expresso a dimensão da rocha que está suspensa ou praticamente suspensa, o volume e o peso que está em causa. Depois, também, não sei se nalgumas imagens que foram divulgadas ficou perceptível que aquele volume rochoso se encontra exatamente no cimo da arriba e há algumas dezenas, talvez até próximo de mais de uma centena de metros de altura, na arriba, com grande dificuldade de acesso.

Tendo em conta que foi identificada a situação de instabilidade de toda a zona e a dificuldade de acesso, tanto através de máquinas, como mesmo em termos de acesso de pessoas. É uma situação muito complexa na possibilidade, tanto no estudo da avaliação como em qualquer intervenção que venha a ser considerada. Quando me refiro a uma reunião, onde estiveram vários especialistas, como especialistas do Instituto da Conservação da Natureza que têm experiência em intervenções e em avaliações ao longo da nossa costa, em áreas protegidas com situações idênticas e problemas idênticos. Estiveram presentes, também, outros técnicos que têm experiência nesta questão de rochas que ficam suspensas em arribas, designadamente no caso de técnicos da Secil e, como é óbvio, também estiveram os nossos técnicos da Proteção Civil que avaliam e têm também experiência nesta matéria.

O que ficou visto nessa reunião, foi que se iria contratar uma empresa da especialidade para se fazerem os estudos e para se poder decidir um programa de intervenção. Como, certamente, devem ter reparado, fizemos um primeiro edital que resultou dessa primeira reunião e dava cerca de um mês para haver esses estudos, porque foi o que me foi dito, não sou especialista, não sei avaliar estas coisas, mas o que me foi dito, por quem estava presente, é que um mês seria suficiente para fazer essa avaliação. Passado um mês questionei, novamente, as mesmas entidades e o que me disseram foi que os estudos estavam a ser desenvolvidos e que não havia ainda informação suficiente para tornar público qualquer medida a tomar. Foi necessário fazer um segundo edital a informar que os estudos continuavam e que, logo que estivessem terminados e houvesse condições para se dar uma informação sobre a intervenção, que seria feito. Nesse novo edital, já não referi nenhuma data, porque poderia estar a referir datas umas atrás das outras e não saímos disto e não é essa a questão, porque é uma situação muito complicada, muito complexa e de uma grande dificuldade de intervenção, a qual envolve meios que não são tradicionais e os estudos continuam a ser aprofundados. O que fizemos foi reforçar medidas de impedimento de circulação naquela zona. Certamente que alguns tiveram conhecimento das primeiras medidas que tomámos, embora não tivessem sido assim medidas tão fáceis de remover, mas o que é um facto é que os impedimentos que colocámos na estrada foram removidos e naturalmente que isto é uma situação de risco e reforçamos na semana passada. Espero que agora com os meios instalados que não haja alguém que procure ir ali para aquela zona, que é uma zona de proteção ao risco e esperamos que ninguém vá para aquela zona, porque é, de facto, uma zona de risco e a qualquer momento pode acontecer que a rocha se desprenda e venha por ali abaixo trazendo uma quantidade de terra e outras rochas atrás e ter ali uma situação de grande movimento de terras, pondo a segurança das pessoas em risco. Também já colocámos painéis informando as pessoas para o risco que ali está, porque essa é a nossa preocupação todos os dias, fazer de tudo para que as pessoas não entrem na estrada e nem frequentem aquela zona que está devidamente delimitada.

Quanto à intervenção, como já disse, é, de facto, de uma grande complexidade, precisamos dos estudos técnicos para ver quanto tempo será necessário para fazer aquela intervenção. Sobre este assunto, já está marcada uma reunião do Conselho Municipal de Segurança para a próxima semana, espero que haja mais informação sobre esta situação e se houver alguma questão que justifique um novo esclarecimento, naturalmente que será feito.

Senhoras e senhores deputados, é uma situação de grande risco e que quando estiverem criadas as condições e houver capacidade técnica e informação técnica disponível, naturalmente que divulgaremos essa informação, até tendo em conta o tempo que justifica o desbloquear da estrada, a resolução daquele problema por causa da época balnear. Quero-vos dizer, muito sinceramente, que da informação que tenho é que a época balnear está em risco, é preciso termos consciência disto, naturalmente que não vou dizer, não vou divulgar que a época está em risco sem ter uma informação técnica que ateste isso, agora temos de avaliar estas situações sabendo o que é que está ali, mas temos que ter consciência de que, provavelmente, a época balnear estará em risco nos termos em que normalmente funciona.

Sobre um outro tema que foi colocado sobre a questão do estacionamento tarifado, creio, também, que todos temos consciência que havendo um contrato que tem por base um ou, em expectativa, alguns milhões de euros, que as alterações a esse contrato, que é um contrato que a Câmara Municipal assumiu com uma empresa, têm consequências financeiras. Qualquer alteração ao contrato tem duas questões inerentes, uma é de ver juridicamente que consequências é que tem no contrato e depois que consequências financeiras é que isso tem. Qualquer questão que esteja em análise entre as partes, passa necessariamente por estas duas avaliações, naturalmente que há uma avaliação que cabe à Câmara fazer, há outra avaliação...

**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente terá de concluir.

**Presidente da Câmara** – Vou concluir já. Creio que não será bom para os interesses da Câmara Municipal e para os interesses da população de Setúbal estar a aprofundar ou a desenvolver aqui questões é que estão em causa, porque isso pode criar algumas questões na relação entre a Câmara Municipal e a empresa que está a desenvolver estas conversações e nalguns aspetos até já há algumas, digamos, algum entendimento de negociação mais avançada, mas quando chegar a altura que terei todo o gosto em transmitir quais são as questões onde já há acordos e nunca, do meu ponto de vista, devo revelar que outras questões é que estão a ser avaliadas, porque isso poderá perturbar o bom andamento. Já tive oportunidade de dizer, logo desde o início, relativamente a este ponto que na Câmara Municipal avaliámos aquela proposta da barreira sobre o auditório do Largo José Afonso e que era uma das questões que considerávamos que deveria estar à cabeça na negociação e isso é, de facto, uma questão que está já avançada nas negociações e esse é um ponto que já referi há muito tempo, que é um ponto que está mais avançado. Há outras questões que, também, estão em avaliação e que progressivamente havemos de avaliar.

Permitam-me senhores deputados, percebo que os senhores deputados têm essa competência de fazer a avaliação, também, da atividade da Câmara Municipal e não tenho nada a esconder sobre esta iniciativa, mas sobre o concreto da mesma prefiro não falar em público sobre ela, estamos em reuniões públicas, porque pode perturbar o andamento da situação. Noutra oportunidade responderei a outras questões.

**Vítor Rosa (BE)** – É sobre as recomendações e moções, deixava uma proposta à Mesa e ao plenário, relativamente às saudações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que existem 4 ou 5 de várias forças políticas, que nesse ponto se discutisse todas em conjunto para não se estar a perder mais tempo, atendendo a que temos 29 documentos para discussão a partir de agora. Deixava esta consideração ao plenário e à Mesa.

**Presidente da Mesa** – Na prática ser feita a discussão em conjunto, mas a votação ser feita individualmente. Não há objeções? Então faz-se assim.



**1. Recomendação “Consciência Pública” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões seis deputados municipais, 3 do PS, 2 do PSD e 1 do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, e 15 votos a favor, 7 do PS, 4 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL.

**Simão Calixto (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta recomendação, não por discordar no que no essencial lá vem escrito, mas porque ela se limita a propor o que já acontece atualmente nesta Câmara Municipal, como é exemplo de há 15 dias de uma grande Conferência Internacional que se realizou sobre os riscos e segurança em torno do turismo que tem acontecido ao longo dos anos. Portanto, não faz sentido esta recomendação, tendo em conta que isto já acontece hoje.”*

**2. Recomendação “Pela renegociação da concessão do Estacionamento Tarifado” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Ilídio Ferreira (PS)** – Na intervenção feita no 25 de Abril, pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente a este assunto do estacionamento, referiu que existem negociações com o concessionário, mas não disse quais, entretanto, agora aqui já fez algumas considerações, justificou o facto de não dar mais informação. Mas gostaria de transmitir ao Sr. Presidente que o risco que corre, e fica sujeito a esse risco e tem que o compreender, é que se possa retirar a conclusão de que, neste momento, o concessionário está em falta relativamente a duas questões que é o Anexo 9, que já devia ter sido construído há 2 anos ou substituído por outra obra e relativamente ao parque no subsolo ele é que está, neste momento, a beneficiar destas posições que a Câmara tem assumido.

Disse, ainda, que nenhuma força política contestou a necessidade de regular o estacionamento por via da tarifação e que todos reconhecem que esta é a melhor forma de o fazer. O Sr. Presidente sabe que isso não corresponde à verdade, o Sr. Presidente é uma pessoa inteligente e não deve fazer este tipo de afirmações que não correspondem inteiramente àquilo que tem sido a posição da oposição ao longo destes anos, que tem sido uma posição clara.

A oposição reconhece, tem-no dito sistematicamente, que, dentro de certos limites reduzidos, o estacionamento tarifado em determinadas zonas com muita procura que é importante para as zonas comerciais e zonas de serviços, mas tem-se oposto de uma forma muito clara ao estacionamento tarifado com uma dimensão como aquele que foi aprovado. Se o Sr. Presidente continuar a dizer isso, não me parece que seja muito correto, para não chamar outro nome. Aliás, da parte do Partido Socialista gostaria de referir que logo em 1994 quando se lançou um concurso, foi em acordo com a Associação de Comerciantes e na altura para mil e poucos lugares, com uma duração de 20 anos. Desses mil e poucos lugares, durante o mandato do Partido Socialista, apenas foram tarifados pouco mais de 500, logo aí se vê que aquilo que o Sr. Presidente diz não corresponde à realidade.

Depois falou na questão da procura e o que digo ao Sr. Presidente é que isso é verdade em determinadas zonas, mas, neste momento, o que nós vimos é que a procura não é por lugares de estacionamento tarifado, a procura é por passeios e espaços públicos, onde as pessoas colocam os carros e mesmo na própria faixa de rodagem. Portanto, esse objetivo que o senhor refere não se verifica na prática.

O Sr. Presidente, também, tem justificado de algum modo o estacionamento tarifado com as conclusões do Plano de Mobilidade. Já o referi, gostava de voltar a referir, o Plano de Mobilidade reconhecia a necessidade da existência de algum estacionamento tarifado, principalmente nas zonas de maior procura junto a atividades comerciais e de serviços e no interface de transportes, nada que se aproximasse, nem de perto nem de longe, dos 8.400 lugares que foram aprovados no contrato que existe. Aliás, o Regulamento Municipal de Estacionamento, no seu preâmbulo, refere que os dois principais objetivos da

política de estacionamento era o modelo de repartição modal mais equilibrado e a qualificação do espaço público em contexto urbano.

Na prática o que se verifica é que estes dois objetivos não estão a ser cumpridos com o estacionamento, nunca o espaço público esteve tão desordenado e tão desqualificado como se encontra, neste momento, na cidade de Setúbal e, mais uma vez digo, com os carros em cima do passeio e nos espaços públicos e na própria faixa de rodagem.

O tempo é pouco, e infelizmente tenho que estar aqui à pressa, mas gostaria de chamar a atenção para mais dois aspetos, a situação de não ter sido ainda cumprido o contrato no que diz respeito ao Anexo 9 e relativamente ao estacionamento em subsolo, conforme a Comissão disse e volto a referi-lo, em nosso entender consubstancia uma vantagem ilegítima para o concessionário. Em relação à obra do Anexo 9 já decorreram 2 anos e a Câmara teve 2 anos para decidir sobre que alternativa é que poderia passar para o concessionário realizar e não o fez.

Um parecer jurídico de março de 2022 sobre o Anexo 9 diz que se trata de uma prestação acessória do contrato e que a sua substituição por outra prestação não afetará a natureza global do contrato e, do ponto de vista jurídico, quem o fez entende que não há qualquer tipo de problema em substituir a obra do Anexo 9 por uma outra obra. Esse parecer chama a atenção para o facto de ser necessário assegurar que a modificação do objeto do contrato não deve desvirtuar o equilíbrio económico do contrato a favor de um dos cocontratantes de modo que este seja colocado numa situação mais favorável do que o resultante do equilíbrio inicialmente estabelecido. Na resposta jurídica, do Dr. Costa Ferreira, dada a uma questão colocada pela Comissão de Urbanismo e Mobilidade, o parecer refere que em sua opinião a orientação dada ao concessionário de executar o parque de estacionamento a 200 metros mais a poente, também não constitui modificação ao contrato na medida em que o objeto se mantém. Ou seja, o Dr. Rui Ferreira, o jurista, refere que o deslocar a 200 metros não é, no entender dele, uma alteração substancial ao contrato. Agora, de acordo com aquilo que tem sido a argumentação jurídica nestes dois pareceres, o atraso na realização da obra do parque em subsolo claramente favorece, do ponto de vista financeiro, o concessionário. Chamo a atenção à Câmara e acho que a Câmara deveria analisar esta questão, se do ponto de vista jurídico esta situação de continuar a permitir que o concessionário não construa o parque em subsolo, se não pode vir a trazer consequências para a Câmara no âmbito do contrato.

**Simão Calixto (CDU)** – Surpreende-nos um bocadinho que o PS venha aqui com esta demagogia hoje, já que foi anunciado pelo Presidente que este processo está em curso de renegociação e, portanto, parece-nos um pouco estranho esta recomendação.

Também em relação às questões que são deliberativas, também conhecemos que há aqui algumas questões contraditórias, porque, ao mesmo tempo que pede o cumprimento integral do contrato, pede a renegociação do contrato, isto é um erro que, também, ficou claro no relatório da Comissão sobre esta questão. Continuamos a notar que o PS tem de decidir o que é que pretende, se é renegociar o contrato, se é que ele seja cumprido integralmente.

Sobre aquilo que foi a intervenção do Sr. Presidente, se calhar, a CDU fazia aqui este pedido, que o Sr. Presidente entregue aos restantes deputados a sua intervenção que fez na Sessão Solene do 25 de Abril para que tenhamos todos a certeza do que foi dito e que não fiquemos com ideias erradas do que poderá ter sido dito ou que alguém disse que disse.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Só 30 segundos para esclarecer o senhor deputado relativamente a esta questão. Não há aqui incoerência, nem incongruência nenhuma. Aquilo que o Partido Socialista diz é, renegocie-se o contrato particularmente e relativamente ao número de lugares e ao número de anos, mas enquanto ele não é renegociado obrigue-se ao cumprimento, como é óbvio. Isto é do mais elementar entendimento e é assim que os contratos se regem, enquanto não são renegociados têm que ser cumpridos, mais ainda quando verificamos que o que não está a ser cumprido é tudo favorável ao concessionário.

Regressaram à Sala de Sessões seis deputados municipais, 3 do PS, 2 do PSD e 1 do CH.

**Presidente da Mesa** – O senhor deputado estava aí apostado em gastar o tempo todo da sua bancada em relação às outras matérias também, já gastou quase todo o tempo. Deixem-me chamar a atenção para esta dúvida que é levantada sobre o que é que o Sr. Presidente terá dito ou não, vão ser publicadas todas as intervenções feitas no 25 de Abril no Boletim Municipal, depois aí pode-se conferir o que é que foi dito sobre a matéria e tirar as dúvidas.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 6 abstenções do PSD e 15 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL.

**Rui Lamim (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós, PSD, abstivemo-nos pelo que foi dito na apresentação deste documento de viva-voz e não pelo que foi escrito no mesmo. O que é que foi escrito no mesmo? Foi escrito, enfim, o Engenheiro Costa Ferreira, nosso companheiro e que participou nas reuniões da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, produziu algum tipo de trabalho e de textos que foram incluídos no relatório da Comissão, portanto, deixaram de ser propriedade, chamemos-lhe assim, do PSD e passaram a ser objeto de opinião da Comissão. Quando esse relatório veio aqui à Assembleia Municipal deixaram de ser objeto dessa Comissão e passaram a ser recomendações desta mesma Comissão e eram aquelas duas que ali estão inscritas naquele documento. Compreendemos que é necessário fazer aquilo que está lá indicado e, por isso, abstivemo-nos, porque o que lá está neste momento, é apenas aquilo que está na recomendação, no entanto, o que foi apresentado de viva-voz é relativamente diferente e é um pouco mais do que lá está.*

*Primeiro ponto, queremos mencionar e manifestar o agrado pela posição recentemente assumida pelo Presidente da Câmara, não só no Jornal Municipal, mas, como também no seu discurso do 25 de Abril, da abertura de negociações com vista à alteração do contrato do estacionamento tarifado. Digamos que é uma das recomendações que estavam nesse mesmo regulamento, nesse mesmo relatório, que era a recomendação 4.8, a negociação da alteração do contrato e reduzir o número de lugares e a duração. A posição do PSD é extremamente conhecida e contrária ao atual funcionamento do estacionamento tarifado, também, pelo número de lugares e duração deste mesmo contrato, pelo que não suportamos, outra vez, a mesma recomendação que já o fizemos, porque trata-se de uma questão de orgulho, mas apoiamos e desejamos que, em breve trecho, esta Assembleia possa avaliar aquilo que é a renegociação do mesmo contrato, nomeadamente naquilo que é o Anexo 9 que poderá estar em incumprimento, no valor de 1,4 milhões de euros ou no estacionamento subterrâneo naquela zona que há muitos anos era praia, ali no centro da Avenida Luísa Todi.”*

**Presidente da Mesa** – Claramente que o senhor deputado não fez uma declaração de voto a justificar porque é que votou da forma que votou, fez uma intervenção completa e claramente compensou o tempo que há pouco lhe tinha sido contado.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente, gostava de esclarecer a Assembleia e quem nos ouve. As referências que fiz a Costa Ferreira, foi ao Dr. Rui Costa Ferreira, não foi ao Eng.º Costa Ferreira, membro da Comissão. O deputado Rui Lamim percebeu mal, tenho aqui dois pareceres do Dr. Rui Costa Ferreira, não me estava a referir ao trabalho que o Eng.º Costa Ferreira fez, e muito bem no âmbito da Comissão, porque a partir da altura em que ele contribuiu passou a ser trabalho da Comissão, do mesmo modo que todos os restantes membros. Houve aí um entendimento deficiente que gostava que esclarecer.

- 3. Recomendação “Participação em Atividades de Enriquecimento Curricular das crianças do 1.º ciclo abrangidas pelos Centros de Apoio à Aprendizagem dos estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mariana Crespo (PAN)** – Só para me certificar que, pelo menos, todos entendem a recomendação.

A Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência contempla, como um dos seus objetivos de desenvolvimento, a garantia do acesso à educação inclusiva e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e em todas as idades. No âmbito específico da educação inclusiva, temos implementado o Decreto-Lei 54/2018, que reforça a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos. Torna-se por isso essencial que existam estratégias diversificadas que integrem essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios disponíveis para que todos participem na vida das Comunidades Educativas onde estão inseridos.

Uma das estruturas preconizadas pelo Decreto-Lei 54/2018 é o denominado Centro de Apoio à Aprendizagem. Devido às suas características pessoais, existem alunos que frequentam os Centros de Apoio à Aprendizagem na quase exclusividade do tempo que se encontram no estabelecimento de ensino. Nem todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino estão inseridos a tempo inteiro em turmas regulares, mas devido às suas características, frequentam antes estes denominados Centros de Apoio à Aprendizagem.

No 1º ciclo do Ensino Básico, os alunos podem beneficiar, de forma facultativa, mas podem beneficiar das denominadas Atividades de Enriquecimento Curricular, estas atividades complementam as atividades letivas diariamente, podendo durar até às 5 ou às 5 e meia da tarde. A oferta educativa das denominadas AEC, bem como os critérios de inscrição e frequência por parte dos alunos, têm sido da responsabilidade das denominadas Entidades Promotoras que em articulação com as escolas têm a obrigação de assegurar a sua aplicação, respeitando sempre o interesse dos alunos. As AEC podem ser geridas diretamente pelos Agrupamentos Escolares, mas é frequente serem geridas, e Setúbal é um desses exemplos, pelas Associações de Pais ou até Cooperativas de Ensino.


Na prática diária, tem havido vários relatos de que, frequentemente, os alunos do 1º ciclo que frequentam em exclusivo os Centros de Apoio à Aprendizagem têm sido excluídos da frequência destas AEC com critérios pouco claros. Estes alunos, portanto, não vão usufruir das mesmas oportunidades de formação, por um lado, e também as suas famílias não vão usufruir do apoio social oferecido às outras crianças, nomeadamente estas famílias ficam excluídas da possibilidade de ter os seus educandos em tempo integral no estabelecimento de ensino, tendo que procurar alternativas de ocupação de tempos livres no setor privado, que quando falamos de crianças com algumas características e necessidades especiais torna-se um pouco mais difícil.

Deste modo, gostaríamos de recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que se debruçasse acerca deste assunto, que averiguasse a situação junto das escolas fazendo um levantamento junto das entidades promotoras acerca do número de alunos inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular, que assegure que são respeitados os princípios da Educação Inclusiva e, se necessário, que se certifique que as entidades promotoras têm os meios físicos e necessárias para a inclusão efetiva de todos os alunos.

**Vanessa Silva (CDU)** – A CDU irá acompanhar a recomendação do PAN, pois consideramos que a parte deliberativa desta recomendação é bastante concreta e tem instrumentos que podem contribuir para que, de facto, a Escola Inclusiva, em sentido lato, aconteça. No entanto, há afirmações que são feitas nos considerandos, nomeadamente que se tem verificado uma prática diária das escolas do Município de Setúbal que frequentemente os alunos do 1º ciclo que frequentam os Centros de Apoio à Aprendizagem são excluídos das AEC e CAV.

Sabemos que chegaram à Câmara Municipal, no ano letivo passado, uma reclamação e este ano uma outra reclamação e que essas reclamações foram supridas. Sabemos que a Câmara Municipal não tem da parte das direções das escolas nem de Associações de Pais relatos sobre esta matéria, mas o PAN referiu, ainda hoje aqui, que os tem, e gostaríamos de sugerir ao PAN que endereçasse as queixas que conhece à Câmara Municipal de forma que esta possa também atuar na medida das suas competências próprias relativamente a estas matérias.

**Paula Soeiro (PSD)** – Solicitava, também, alguma tolerância depois para que a deputada possa responder aqui às nossas questões.



Toda esta recomendação tem, efetivamente, uma aparente bondade e revemo-nos naquilo que são os princípios da Educação Inclusiva, mas sobre aquilo que são as recomendações em concreto, o que nos oferece dúvidas é o sobre o que se pretende fazer com estes dados, quando chegarem à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais? Entende o PAN que será esta mesma Comissão que irá elaborar novos protocolos para a aplicação da Exo CAF. Penso que ela deveria ser melhor analisada, não sei se existe essa intenção, mas lanço a proposta que seja analisada na Comissão para tentar adequar estas objeções.

**Mariana Crespo (PAN)** – Basicamente o que gostaria de ver com estes dados, são queixas e questões que vêm surgindo da prática e relatos que têm surgido, mas poderei depois encaminhar as situações mais concretas.

Aqui o objetivo é essencialmente que o executivo possa, também, analisar esta situação. Acredito, obviamente, que talvez seja um assunto que mereça mais alguma análise e discussão da parte do executivo que naturalmente poderá não estar ciente de todas as situações. Penso que, acima de tudo, essa informação tem que ser pedida aos próprios estabelecimentos de ensino para que verifiquem, efetivamente, a percentagem de alunos dos Centros de Apoio à Aprendizagem que estão ou não incluídos nas AEC para que daí, depois, possam ou não tirar ilações. Entendo que estes números possam, obviamente, ser analisados pelo executivo e que sejam posteriormente analisados pela Comissão para daí se poderem, acima de tudo, delinear formas de ação, possíveis recomendações ou propostas. Foi nesse sentido que pedi a análise, não será uma análise só exclusiva da Comissão, mas, em primeiro lugar, pelo próprio executivo. Não sei se isso responde totalmente à questão, mas mantenho.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

**Rui Lamim (PSD)** – É para fazer uma interpelação e um pedido. A interpelação tem a ver com um agradecimento, chegou na reunião, mas chegou, a resposta ao nosso requerimento, no entanto falta aqui referir quando é que estas diligências foram tomadas. Pelo número dos ofícios verifico que algumas, nomeadamente aquelas mais importantes, isto é, o envio da documentação sobre o estacionamento tarifado para o Inspetor-Geral de Finanças e para o Tribunal de Contas foram feitos recentemente.

Quanto à segunda parte, estamos no ponto de interpelações ao executivo, recomendações e requerimentos, acho que o funcionamento desta Assembleia ganhava muito para as pessoas que nos ouvem lá fora, se os textos das moções, das recomendações fossem apresentados.


Não funcionamos por e-mail, funcionamos aqui nesta mesma reunião, os textos das moções devem ser aqui apresentados, porque se pode correr o risco, como se correu à bocado, de termos uma moção do PS sobre o estacionamento e termos uma explicação e um conteúdo que é diferente daquele que está expresso no documento. Pelo que pretendemos, ainda neste ponto, estabelecer ou fazer uma recomendação ao executivo de viva-voz e sem a distribuição prévia do documento que iremos fazer, se for entendido posteriormente.

Queremos fazer uma recomendação ao executivo de viva-voz, agora e neste momento, e se quiserem enviaremos o texto posteriormente.

**Presidente da Mesa** – O senhor deputado está a falar dos procedimentos da Assembleia, agora está a dizer que quer fazer uma recomendação ao executivo, mas sobre que matéria?

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente estamos no período das recomendações, não é? A seguir são as moções e resoluções e depois são as saudações, os votos de louvor...

**Presidente da Mesa** – O senhor deputado, além daquelas recomendações que já foram distribuídas, quer fazer uma nova recomendação? Oh, senhor deputado bastava dizer isso e já tinha ganho três minutos. Faça favor de recomendar.



Nós estabelecemos regras e quando estas não são todas cumpridas, segundo o regimento, estabelecemos consensos na Comissão Permanente e foi consensualizado na Comissão Permanente o modo de fazer a discussão e apresentação e a limitação dos tempos, da autolimitação naturalmente, desta moção. Se depois passa na Comissão Permanente e aqui depois se faz outra coisa, poderá haver um deputado ou um grupo político que não concorde, então terei de ser obrigado a cumprir estritamente a Lei e o Regimento. Sabe o que é que diz a Lei, não sabe senhor deputado? São 60 minutos para o período de antes da ordem do dia, vamos fazer os 60 minutos, quando terminar esse tempo, paramos as recomendações, etc. e deixamos para a outra Assembleia, é isso que se pretende ou vamos tentar ajustarmo-nos com condescendência aqui e outra condescendência ali para chegarmos ao fim?

**Rui Lamim (PSD)** – Na reunião da Comissão Permanente temos uma expectativa, chegou uma catadupa de documentos que é impossível ler no tempo destinado e os documentos devem ser apresentados, mas há bancadas que exageram no volume de documentos que são apresentados neste período. Todos temos consciência disso e para quem nos vê lá fora não consegue acompanhar aquilo que estamos a dizer, porque foi no e-mail, é o documento 3 ou o documento 4, etc., e isto não funciona, a democracia tem que ser participada e percebida pelas pessoas, não são os documentos por e-mail.

**Presidente da Mesa** – Já está feita a sua interpelação? Então vou responder, se o senhor deputado me deixar.

Como disse, a forma de funcionamento da Assembleia no período antes da ordem do dia está estabelecida no Regimento e no que não está completa e objetivamente estabelecido no Regimento, consensualizamos e combinamos na Comissão Permanente, é para isso que serve, para aconselhar a Mesa na direção dos trabalhos. Estou a fazer, segundo aquilo que foi consensualizado na Comissão Permanente e temos uma regra que é, até 48 horas antes apresentar as moções, resoluções e as propostas que vêm aqui serem apreciadas, para dar tempo para conhecimento, que é o prazo legal para o conhecimento das propostas de deliberação, isto não é uma deliberação no mesmo sentido que as deliberações próprias, nos termos do artigo 50 é tudo o que está incluído na ordem do dia e isto vem fora da ordem do dia. Se o senhor deputado está a pretender dar maior ênfase, maior amplitude ou importância àquilo não é matéria deliberativa do órgão, que é só o que consta no período da ordem do dia, temos de fazer assembleias separadas só para os períodos de antes da ordem do dia e depois fazer uma reunião à parte para deliberar.

Isto foi consensualizado e o senhor deputado está a colocar agora a questão de que quer apresentar uma outra recomendação além do que está. A Mesa não tem objeções a isto, mas tem de se consultar a Assembleia e os grupos municipais vão ter que se pronunciar sobre se seguimos o consenso da Comissão Permanente ou se vamos apresentar novas propostas.

**Rui Lamim (PSD)** – Desde que tenhamos tempo para usar, nós podemos usá-lo.

**Presidente da Mesa** – Não estou a falar em tempo, agora os coordenadores e os Grupos municipais vão dizer o que é que pensam sobre isto, se vamos aceitar novas propostas de recomendação ou tratamos daquelas que entraram dentro do prazo previsto no Regimento.

**Paulo Lopes (PS)** – Julgo que tudo tem um momento e um local para ser discutido. Estarmos a discutir em plena Assembleia Municipal como é que são os procedimentos, não faz sentido absolutamente nenhum, esse local é na Comissão Permanente.

Compreendo a posição do deputado municipal que recebeu documentação e que tem dúvidas e quer questionar, tem tempo para o fazer, pode-o fazer e usá-lo sem problema nenhum, e da parte do Partido Socialista, como é obvio, nem sequer tem que se pronunciar, porque é um não assunto.

Enquanto à introdução de moções, recomendações, o que for, há um tempo para o fazer, se quer apresentar uma recomendação tem que ser aqui aceite no plenário, portanto, teremos que ouvir primeiro qual é a recomendação para depois sabermos se aceitamos ou não.

Acima de tudo, aquilo que eu acho é que estas interrupções sistemáticas sobre os procedimentos da Assembleia têm que ser resolvidas antes e não aqui no decorrer da mesma, com mais ou menos tempo, com maior ou menor tolerância dada pela Mesa, julgo que as sessões têm sido animadas, do ponto de vista da discussão política, todos os partidos têm saído daqui com uma sensação de trabalho feito de apresentarem as suas questões políticas, as questões da cidade, do concelho. Acho que devemos continuar a aprofundar e não ser castradores ao ponto de se chegar aos 60 minutos e acabar e acho que não há nenhuma Assembleia Municipal por esse país fora que o faça, mas que haja também contenção nas intervenções e na forma como se faz.

Temos estado aqui a fazer todo um trabalho, já vem de trás, como a introdução dos tempos que foi algo que veio do mandato anterior ou de há dois mandatos atrás, julgo eu, e que no início, também, foi uma dificuldade acrescida, ninguém estava habituado a tempos, agora já estamos habituados e isto é um caminho, mas acho que a discussão tem que ser feita é na Comissão Permanente e não aqui.

**Presidente da Mesa** – Concluo que privilegia que se cumpra o Regimento, nos tempos de apresentação das propostas.

**Paulo Lopes (PS)** – Correto.

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU acompanha, também, essa posição do PS no sentido em que há um Regimento, há prazos previstos, os quais foram aprovados por esta Assembleia e, portanto, são esses prazos e essas formas de trabalho que temos de cumprir. Se há outras formas de ver, se há outras maneiras de trabalhar que possam ser sugeridas, acho que também temos de ver isso na Comissão Permanente, que é o espaço certo onde todos os partidos estão representados, porque estas discussões no plenário da Assembleia não ajudam ao bom funcionamento e à conclusão dos nossos trabalhos.

**Vítor Rosa (BE)** – Acompanho as preocupações, quer do PS, quer da CDU, relativamente a esta matéria e para tentar ser o mais sintético possível, acabamos por estar aqui a perder uma série de tempo que não ajuda nada ao nosso debate. Estes tipos de matérias devem ser discutidos na Comissão Permanente para que cheguemos aqui e não estejamos a perder tempo.

**Flávio Lança (IL)** – Senhor Presidente, também acompanhamos estas preocupações e consideramos que as regras são para se cumprirem.

Gostaria de fazer um voto de protesto, estamos aqui a discutir este tema, mas quando a Iniciativa Liberal apresentou a recomendação da consciência pública haviam deputados ausentes e por respeito às pessoas que nos elegem, acho que foi uma falta de respeito, a votação foi o que foi e está aceite, mas deixo aqui o meu voto de protesto.

**Presidente da Mesa** – Está entendido, estamos a cumprir o Regimento, vamos continuar a cumpri-lo e vamos passar para o próximo ponto.

## II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Isabel Conde (PSD)** – O PSD não se revê no conteúdo do primeiro parágrafo da moção, nem nas recomendações n.ºs 4 e 5 totalmente, pois, consideramo-las de carácter da liberdade individual e acompanhamos os n.ºs 1, 2 e 3. Dada a importância e toda a relevância e atualidade do tema, gostaríamos de propor a votação ponto a ponto.

**Presidente da Mesa** – Alguma objeção por parte dos proponentes?

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – Não, nenhuma objeção.

**Flávio Lança (IL)** – Tenho de começar por alertar para alguma imprecisão nos considerandos, pois penso que vivemos todos aqui no mesmo Portugal. Se a memória não me traiço, parece-me que nos últimos anos estamos a ser governados por forças políticas mais à esquerda, confesso que não fui ver à Wikipédia, mas penso não estar enganado que o PCP, também, fez parte nos últimos anos do que se chama por aí geringonça.

*“As políticas liberais de encaminhamento de recursos para o privado”*, como não são os liberais que estão no Governo, vocês têm alguma dificuldade em perceber o que os liberais defendem relativamente à saúde, mas a Iniciativa Liberal recorda, muito rapidamente. Defendemos saúde para todos, que cada indivíduo possa ser tratado onde quiser e que o Estado assegure que isso possa acontecer, se ir ao setor público ou ao setor privado, se quiser vai ao setor privado e o Estado assegura o acesso aos cuidados de saúde.

Gostava de lembrar que em 2021 o Tribunal de Contas referiu que os hospitais em parcerias público-privadas estavam completamente integrados no SNS e geravam poupança para o Estado. O Estado não tem de ser dono de todas as entidades que prestam serviço público e deve saber definir prioridades financeiras e políticas que garantam o acesso a serviços de saúde de qualidade aos utentes. De norte a sul do país, existem relatos e dados sérios e muito preocupantes sobre a degradação da prestação de cuidados de saúde atempado aos cidadãos. O Hospital de Vila Franca de Xira, o Hospital Beatriz Ângelo são casos paradigmáticos de unidades que funcionavam bem com gestão privada e agora com uma gestão pública estão um caos. Para o SNS prestar um serviço de qualidade aos utentes tem de haver articulação entre o Estado, os privados e o setor social, apenas assim se irá resolver a atual crise nas urgências e os problemas estruturais do SNS.

**Luís Maurício (CH)** – Também concordamos com o PSD e achamos que a votação tem de ser ponto por ponto, porque estão aqui considerandos que não têm nada a ver uns com os outros.

**Paulo Lopes (PS)** – O Partido Socialista entende que esta moção tem várias incongruências, a primeira começa por dizer que o Serviço Nacional de Saúde é uma vítima das várias políticas de direita dos sucessivos governos. Ora como militante, como autarca do Partido Socialista é impossível rever-me numa frase destas e confesso também uma certa perplexidade pelo PCP que, durante 5 anos apoiou um governo do Partido Socialista, e foi há bem pouco tempo, mas estar a dizer que apoiaram então e foram coniventes com esta política liberal é uma aberração do ponto de vista político, não tem outra forma de explicar.

Depois dizem que transformaram a doença num negócio, mais à frente dizem que, afinal, são os profissionais que procurando uma maior valorização vão para os grupos privados e acusam os médicos de serem eles a fazer o negócio. Mais à frente falam da incapacidade do Governo em resolver os problemas com a necessidade de formar novos médicos, esquecendo-se totalmente que quem define os números clausules não é o Governo, mas sim a ordem, tanto no acesso à faculdade como na especialidade.

Na parte deliberativa, ainda bem que houve a proposta para se votar em separado, porque no ponto 2 dizem para se exigir ao Governo a realização de investimentos no Centro Hospitalar de Setúbal e na rede de Saúde de Cuidados Primários, que é algo que está a acontecer. As obras do Hospital são uma realidade, as obras do Centro de Saúde de Azeitão é uma realidade, está prestes a ser concluído e penso que o projeto para o Centro de Saúde que se vai localizar na Bela Vista, também, já foi lançado. Existe esse investimento, existe discussão e negociação para a valorização das carreiras e não podemos concordar com estes 2 pontos.

**Presidente da Mesa** – Vamos fazer a votação ponto a ponto e no fim uma votação final global.



**1.º Ponto:** Aprovado por unanimidade.

**2.º Ponto:** Aprovado por maioria, com 26 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 12 abstenções, 10 do PS e 2 do CH.

**3.º Ponto:** Aprovado por maioria, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 10 abstenções do PS.

**4.º Ponto:** Aprovado por maioria, com 31 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 da IL.

**5.º Ponto:** Aprovado por maioria, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, e 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

**2. Moção “Sobre obras urgentes em escolas prioritárias no quadro do balanço de um ano de Transferência de Competências” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Paula Soeiro (PSD)** – Não nos revemos em todas as propostas e especificamente na proposta número 2 e, se assim entendesse a bancada da CDU, propúnhamos a votação também ponto por ponto.

**Vanessa Silva (CDU)** – Estamos de acordo, não nos opomos.

**1.º Ponto:** Aprovado por unanimidade.

**2.º Ponto:** Aprovado por maioria, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.

**3.º Ponto:** Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**Paula Soeiro (PSD)** – Não sendo uma declaração de voto, considere como uma interpelação à Mesa. É liberdade de cada bancada e de cada deputado individualmente fazer as propostas e se esta bancada entendeu que para algumas destas moções se revê em algumas das suas propostas, esta foi a forma de podermos acompanhar e não é muito agradável estar sempre a pôr em causa o porquê do nosso tempo, da nossa expressão de voto.

**Paulo Lopes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Começar por dizer que estamos aqui para fazer política e para fazer considerações sobre as opções políticas e cada partido e cada elemento faz, portanto, é natural que sejamos todos questionados.*

*O Partido Socialista votou favoravelmente esta moção, no entanto, consideramos que nos considerandos existem algumas observações nas quais não nos revemos, no entanto, porque conhecemos a realidade do parque escolar aqui em Setúbal e de algumas situações que nos merecem a nossa maior atenção, entendemos que há um caminho que ainda tem que ser feito entre o município e o Governo.”*

**3. Moção “28 de Abril – Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**Paulo Lopes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, no entanto, queremos dizer que em 2022 ocorreram 124 acidentes de trabalho com vítimas mortais, menos 20 do que os que ocorreram em 2021. Tendência que registamos, ainda assim, são 124 acidentes de trabalho a mais e, por isso, todos os esforços são poucos para, em termos de fiscalização, podermos melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores portugueses.”*

**4. Moção “Defender Abril, afirmar o 1.º de Maio” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Joana Tomé (CDU)** – Quero pedir apenas a alteração da data nesta moção, porque, por lapso, escrevemos 27 de abril, como sabemos, a Assembleia está a realizar-se a 28 de abril. Era apenas essa alteração.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 da IL.

**5. Moção “1.º de Maio – Dia do Trabalhador” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Paula Soeiro (PSD)** – Com esta moção, “1º de Maio” pretendemos, sobretudo, destacar as conquistas obtidas no campo dos direitos laborais e também lembrar que estas conquistas não podem ser esquecidas, a sua manutenção terá que ser lembrada todos os dias.

O grupo municipal do PSD presta, então, particular homenagem a todos os homens e a todas as mulheres que ao lutarem pelos direitos dos trabalhadores, lutam em prol de uma sociedade mais digna, equitativa e justa, em especial a todos os homens e mulheres que compõem o conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal dignificando e elevando, como ninguém, o nome desta cidade.

**Luís Leitão (CDU)** – Iremos votar a favor desta moção, no entanto, não nos esquecemos daquilo que foi a alteração à legislação laboral, em 2003 pelo Governo do PSD, que deu uma machadada naquilo que é a contratação coletiva, nomeadamente a caducidade.

Estamos a falar de um 1º de Maio que é a divisão do horário de trabalho pelos três oitos e que impôs essa mesma alteração à adaptabilidade grupal e individual, seja lá que estilo de adaptabilidade for, e, independentemente, de votarmos a favor da mesma, queremos lembrar aquilo que foi feito de mal aos trabalhadores.

Portanto, a luta é muito bonito, mas de forma demagógica acho que não fica bem, mas cada um fará o que entender.

Regressou à Sala de Sessões um deputado municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Resolução AM “Comenda”** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Presidente da Mesa** – Esta é uma resolução que, também, está distribuída, vem na sequência de um parecer homologado pela Autoridade Marítima Nacional, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada que veio após os pedidos de reunião que vinham sendo feitos pela Comissão Eventual de Acompanhamento das Intervenções na Comenda e que não tiveram resposta. Depois desta Comissão ter entregue o seu relatório veio então a notícia deste parecer e entendeu-se, na Comissão Permanente, que deveria ser proposto pela Mesa o seguimento destes trabalhos. O consenso foi de que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal dê sequência à Comissão Eventual para assegurar a continuidade do acompanhamento do processo da Comenda.

Para o executivo municipal, recomenda-se que seja dado seguimento ao processo judicial que leva até ao reconhecimento do uso público do espaço no Parque das Merendas, na Ribeira da Comenda que teve ontem uma feliz notícia quanto à decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que considera transitivo em julgado a ação que pretendia fazer vingar a propriedade privada daquele espaço. O Supremo declarou que não é propriedade privada e houve um avanço significativo que tem de ser concluído nas ações principais de reconhecimento da titularidade daquele espaço e é isso que se recomenda ao executivo.

Este assunto está um pouco mais complexo, julgo eu, porque não é do conhecimento geral, mas já está negociado e o parecer é apenas em relação a um aspeto do processo.

**Vítor Rosa (BE)** – O Sr. Presidente já acabou por dar o pontapé de saída relativamente à decisão do Supremo que era a nota que eu tinha aqui sobre a ação popular que reconhece a desistência do pedido da anterior ação que era do António Xavier de Lima e herdeiros e que tinha proposto em 2005 contra a Câmara e a Freguesia da Anunciada de forma caso julgado no sentido de que a Seven Properties não tem o direito de propriedade, porque tal não lhe é reconhecido em resultado da desistência do pedido.

De forma mais sintética, porque ainda temos aqui muita matéria para discutir, reforço também que são boas notícias do desenvolvimento de toda esta ação popular e do apoio que foi dado pela Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, além de outras entidades que estiveram envolvidas nesta luta, se assim o poderemos dizer, e que abre as perspetivas para, caso assim o queiram, a Câmara e a Junta de Freguesia, obviamente, assumir a justa pretensão de ter no limite, que é como também está no acórdão da decisão do Supremo, o domínio privado do Parque das Merendas pelo Município ou da Freguesia, conforme reconhece o Supremo nesta ação popular.

Deixar esta nota e reforçar aqui o papel que esta ação popular teve para este desenvolvimento e o envolvimento, quer dos cidadãos, quer em caso particular da Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado.

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU quer, também, aproveitar este momento para felicitar os cidadãos que puseram a ação em tribunal e que foi a bom porto e que, também, nos dá ferramentas no âmbito do Município para prosseguir a devolução, seja do Parque das Merendas, seja também dos caminhos ancestrais na Comenda à população de onde nunca deviam ter saído.

Não havendo mais intervenções, foi a resolução aprovada por unanimidade e em minuta.

**III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR**

**1. Saudação “Viva o 25 de Abril!” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Flávio Lança (IL)** – Gostava de fazer aqui uma proposta ao proponente, ao deputado Vítor Rosa, relativamente aqui ao ponto 1, porque não nos revemos aqui no conteúdo, saudamos o 25 de Abril, mas gostaríamos de fazer aqui algumas sugestões e se forem aceites, acompanharemos esta saudação. Introduzir no ponto 1, a seguir, onde diz “*espaço público e democrático aberto a todas as correntes políticas*”, substituir a frase “*contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo*” para “*contra todas as formas de totalitarismo e ditaduras passadas e presentes*” e substituir “*Estado social, saudando a efeméride por aclamação*” por “*de um Estado de Direito e garante todas as liberdades*”.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, isso é uma redação alternativa.

**Flávio Lança (IL)** – É uma proposta que fazemos de alteração e o proponente aceita ou não.

**Presidente da Mesa** – O deputado aceita a introdução destas alterações agora enunciadas?

**Vítor Rosa (BE)** – Não!

**Paulo Lopes (PS)** – Só para dizer que ainda bem que o senhor deputado não aceitou, porque não podemos confundir as pessoas ao falar em ditaduras do passado, todos nós sabemos quais, com ditaduras passadas e presentes. Que eu saiba Portugal não vive uma ditadura no presente e, portanto, isso é tentar confundir as coisas e acho muito bem que o deputado Vítor Rosa não tenha alterado.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 9 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, 3 votos contra, 2 do CH e 1 da IL, e 5 abstenções do PSD.

**2. Saudação “1.º de Maio” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Saudação “Aos trabalhadores, nas comemorações do 1.º de Maio e ao 25 de Abril” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Leitão (CDU)** – Relativamente a esta saudação, a CDU irá se abster, porque não acompanha nos considerandos as questões que falam do trabalho digno, acho que se perdeu uma boa oportunidade para se pôr fim à caducidade da contratação coletiva, se limitar vínculos precários, se pôr fim àquilo que é o enorme período experimental para os jovens trabalhadores e os desempregados de longa duração, entre outras matérias, ou seja, aquilo que se escreve depois não se coaduna com os atos que o PS desenvolve, nomeadamente em termos e em matéria de negociação coletiva e vemos o que é que está em cima da mesa relativamente às questões de negociação coletiva com os professores e daquilo que os professores vêm efetivamente reivindicando.

Saudar a luta é tudo muito bonito, mas é estar com os trabalhadores na reivindicação e quando temos hipótese de negociar, é negociar efetivamente algo que não tem acontecido.

**Manuel Fernandes (PS)** – Quero subscrever quase tudo o que o senhor deputado Luís Leitão disse, remetendo, obviamente, para o executivo da Câmara Municipal de Setúbal.

**Flávio Lança (IL)** – No dia um de Maio celebra-se o Dia do Trabalhador, mas infelizmente, os trabalhadores portugueses têm pouco para celebrar. O montante da carga fiscal cresceu mais do triplo do PIB e o rendimento médio líquido estagnou em Portugal desde 2010. Em pouco mais de uma década, em termos reais, enquanto o PIB apenas cresceu 10%, o rendimento médio líquido zero, a carga fiscal cresceu 32%. No último ano, apesar do crescimento do PIB de 6,7% em termos reais, após a recuperação da crise pandémica a carga fiscal cresceu ainda mais 10% e o rendimento médio líquido não aumentou, consequentemente a carga fiscal em percentagem do PIB aumentou para 36,4% em 2022, 35,3% no ano anterior, trata-se da maior carga fiscal em percentagem do PIB desde que há registos.

Regressaram à Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PS e um do PSD, mas encontravam-se ausentes dois deputados municipais da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções, 15 da CDU e 1 do BE.

**Vítor Rosa (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Para justificar a nossa abstenção, se estamos de acordo com a parte deliberativa, em relação aos consideramos muito nos separa aqui relativamente ao PS, nomeadamente a agenda do trabalho digno em que o Bloco tem posições claramente diferentes do PS, como também, e aqui um dos considerandos, quando diz que à data de Portugal vivia entre 69 e 73 uma inflação galopante com base num choque petrolífero que originou um aumento generalizado dos preços e um aumento do custo de vida forçando o descontentamento de uma população com baixos salários. Curiosamente, hoje, com uma maioria absoluta do Partido Socialista vivemos os mesmos fatores, ou seja, uma inflação galopante, um aumento generalizado dos preços e um aumento do custo de vida, a isso não corresponde na prática deste Governo do Partido Socialista um aumento dos salários e das condições dignas do trabalho.”*

**4. Saudação à luta da Juventude (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, um da CDU e dois do PS.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 16 da CDU, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 11 abstenções, 8 do PS, 2 do CH e 1 da IL.

**Eunice Pratas (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Setúbal reconhece e valoriza a importância da luta dos jovens por melhores condições de vida, por uma sociedade mais justa e solidária. A manifestação da juventude portuguesa nos dias nacionais do estudante e da juventude é uma prova da sua determinação em exigir mudanças significativas nas políticas educativas, laborais e sociais do país.*

*Acreditamos que as decisões relacionadas com a educação, o trabalho e a vida social devem ser tomadas através do diálogo construtivo entre os diversos setores da sociedade, incluindo os jovens e as suas organizações.*

*Entendemos assim que é necessário fortalecer os mecanismos de participação dos jovens na vida política, estimulando a sua representação nos processos de tomada de decisão como na criação do Conselho Municipal da Juventude por esta Assembleia Municipal, que permite um diálogo entre a autarquia e os seus jovens.*

*A nossa responsabilidade como representantes eleitos é garantir que as reivindicações da juventude sejam ouvidas e tratadas com respeito e consideração, criando condições para um diálogo construtivo e*

*produtivo entre todas as partes envolvidas, de modo a encontrar soluções realistas e eficazes para os problemas que afetam a vida dos jovens portugueses.*

*Por outro lado, repelimos a forma como o texto apresentado insinua a culpa sobre todos os partidos políticos menos no Partido Comunista Português, essa atitude é politicamente desonesta e não contribui para um debate sério e construtivo sobre as questões que afetam a juventude portuguesa.*

*A luta pelos direitos da juventude portuguesa deve envolver todas as forças políticas e sociais que se comprometem com a justiça social e a defesa dos direitos humanos, a ideologia comunista não deve ser vista como uma ameaça ou como a única solução e absoluta, mas sim como uma das muitas ferramentas que podem ser utilizadas na luta contra a desigualdade e a precariedade que afetam a juventude portuguesa.*

*A bancada municipal do Partido Socialista reafirma o seu compromisso com a defesa dos direitos da juventude portuguesa e com a busca de soluções eficazes para os desafios sociais e educacionais que enfrentam. Acreditamos que o diálogo, a participação cívica e política são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, por isso, defendemos a criação de mecanismos de participação dos jovens na vida política.*

*Desta forma o nosso voto nesta proposta não significa uma recusa das reivindicações justas dos jovens, mas sim, uma afirmação da importância do diálogo e da participação construtiva na busca de soluções duradouras e eficazes para os problemas dos jovens portugueses.”*

**5. Saudação “163 anos de Elevação de Setúbal a Cidade” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Afonso Luz (CDU)** – Quero fazer uma correção, é uma questão de português, no penúltimo parágrafo que começa por “*Os setubalenses e as suas autarquias continuam, atualmente, a honrar...*” deve ser “*as responsabilidades*” que por lapso ficou no singular.

Esta saudação destina-se a assinalar que, no passado dia 19 de abril, se passaram 166 anos sobre a data de elevação de Setúbal à categoria de cidade num decreto assinado por Dom Pedro V, e à afirmação de que entendemos que os setubalenses e as suas autarquias continuam, atualmente, a honrar as responsabilidades que lhe foram atribuídas há 163 anos, fazendo todos os dias mais cidade e contribuindo para permanentemente elevar o nome de Setúbal, sendo hoje reconhecida pelo mundo fora, quer pelas parcerias com outras cidades e organizações internacionais, quer pela atratividade para o turismo e para o investimento, quer pelo processo de constante melhoria da qualidade de vida e pela relevância das áreas protegidas do Estuário do Sado e da Serra da Arrábida.

Regressaram à Sala de Sessões três deputados municipais, um da CDU e dois do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Saudação “Classificação da Brecha da Arrábida como Pedra Património Mundial” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Saudação “Pelos 141 anos da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Saudação “50.º Aniversário Partido Socialista – 50 anos de luta pela democracia em Portugal”**  
(conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Simão Calixto (CDU)** – Apenas para dizer que saudamos o aniversário do PS e que felicitamos todos os militantes do Partido Socialista, que reconhecemos, também, o seu papel na luta antifascista e na construção do regime democrático, particularmente, aquando da aprovação da Constituição de 1976. No entanto, não poderemos acompanhar este voto, porque o autoelogio a governantes e autarcas nos distancia um bocadinho na parte deliberativa.

**Marco Costa (PS)** – Não somos muito bonitos, mas também não somos assim um sapo tão feio. Na vida como na política, às vezes, há sapos que temos que engolir e há uns que custa a engolir. É lógico que aceitamos essa vossa posição, porque é vossa, não podemos nem censurar, nem tentar mudar, mas, contudo, quero dizer que quando for o inverso espero não ter que me abster ou votar contra um aniversário do Partido Comunista ou da CDU.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 16 votos contra da CDU, 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 10 votos a favor, 9 do PS e 1 do PAN.

**Rui Lamim (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Consideramos que o Partido Socialista foi fundamental para a consolidação da democracia parlamentar portuguesa e foi-o durante muito tempo, no entanto, temos alguma dificuldade em reconhecer este Partido Socialista que, durante tanto tempo, fez tanto pela democracia portuguesa com o atual Partido Socialista, com o momento em que vivemos naquilo que é a concretização das suas políticas.*

*No entanto, com a esperança de que volte àquilo que é a pureza da sua fonte inicial e com este desejo quero fazer dois comentários relativamente a este texto que nos impediram de votar favoravelmente, mas sem dúvida não podemos deixar de felicitar o Partido Socialista pelo seu trabalho desenvolvido.*

*Os pontos têm a ver com a aprovação e implementação do Serviço Nacional de Saúde e quero recordar que não podemos deixar de esquecer que a implementação e desenvolvimento do SNS foi feito posteriormente com os governos do PSD, com a criação das carreiras médicas, de enfermagem e de auxiliares.*

*Mais à frente é dito que deliberam saudar os portugueses que depositaram confiança nos eleitos do Partido Socialista, espero que os portugueses que depositaram confiança nos eleitos do Partido Socialista na próxima vez tenham um pouco mais de clarividência e possam, talvez, escolher uma maneira mais adequada, não só de partido, mas também de gestores. Muito obrigado e uma saudação ao PS.”*

**Paulo Lopes (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista não se vê em democracias de partido único, o Partido Socialista tem muito orgulho nos seus 50 anos de história, do seu legado, da sua participação na implantação e consolidação da democracia em Portugal, nas suas lutas, nas lutas pela igualdade, pela justiça social e pelo desenvolvimento económico do país. Um compromisso absoluto pela democracia, pela liberdade e pelo futuro, no caso do Partido Socialista um futuro com história.”*

**Vítor Rosa (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não acompanhámos favoravelmente esta saudação do 50º aniversário do Partido Socialista, não porque em certos momentos tenham estado na luta pela democracia ao longo da sua existência, mas porque na mesma esquece aqueles que também contribuíram para a manutenção dessa democracia, seja no campo dos direitos do trabalho, seja, por exemplo, no campo da saúde.*

*O PS tem sido um partido do poder e que nesse exercício se colocou, aprovou e mantém nalguns casos várias leis e decretos limitativos dos direitos dos trabalhadores. Reconhecemos, contudo, a sua importância como partido da área democrática e, por isso, a nossa abstenção nesta saudação.”*

**9. Saudação “Pela valorização do Ensino Politécnico, alterações da Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Pedro Florêncio (PS)** – A bancada do Partido Socialista apresenta esta saudação com o objetivo de reforçar a importância fundamental que o ensino politécnico tem tido para a competitividade internacional no ensino superior português. A educação e investigação são pilares fundamentais do desenvolvimento e esta alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico do Ensino Superior irá reforçar o papel dos politécnicos enquanto dinamizadores dos territórios de baixa densidade demográfica, gerando uma dinâmica de atração de estudantes e sustentabilidade das instituições e conseqüente desenvolvimento regional. Acreditamos que valorizar o Ensino Superior é valorizar a diversidade, o desenvolvimento e a inovação, valores maiores da nossa sociedade.

**Simão Calixto (CDU)** – Acompanhamos naturalmente esta saudação, até por ser uma proposta que tínhamos desde há muito tempo de que os politécnicos, também, possam outorgar o grau de Doutor, no entanto, não podemos deixar de assinalar que valorizar o Ensino Superior, em particular, o politécnico também é reforçar o financiamento destas instituições, é reforçar a ação social escolar. Esperemos que o PS depois disto esteja disponível para que reforce, também, o financiamento e as formas de atração de novos estudantes e de desenvolvimento científico que estas instituições também têm no desenvolvimento regional.

Regressaram à Sala de Sessões dois deputados municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Voto de Pesar “Em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**Simão Calixto (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou favoravelmente esta moção por condenarmos todos os crimes de guerra, mas também não podemos deixar de assinalar que temos pena que outros não condenem a própria guerra, toda a guerra, os mesmos que, simultaneamente aos lamentos, continuam a alimentar a guerra, em vez de procurar soluções para a paz.”*

**Maria João Palma (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista português condena veemente toda e qualquer violação do direito internacional. Consideramos que, no século XXI, a solução para qualquer visão alternativa ou desentendimento deve ser sempre pela via diplomática.*

*Não há nenhuma dúvida sobre a posição do PS em relação às posições do agressor e agredido, essa posição é de solidariedade para com a Ucrânia e apoiamos firmemente a soberania e a integridade territorial deste país e com a defesa do direito internacional e condenação do Estado que a invadiu, a Rússia.*

*Declaramos, uma vez mais, que condenamos fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia, que dura há mais de um ano, a brutalidade dos massacres de Bucha choca o mundo, mas não menos chocantes são os massacres cometidos em regiões como cidades como Mariupol, Borodyanka, Zaporizhya, Donetsk e outras.*

*Esta Assembleia Municipal, um ano depois da libertação de Bucha e Irpin e Hostomel, lembra com profundo pesar todos os massacres que aconteceram em solo ucraniano, desde o início da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, manifestando ao povo ucraniano todo o seu apoio e solidariedade e*



*condenando veementemente todas as barbaridades e crimes de guerra cometidos em território ucraniano. Uma palavra de solidariedade, muito em particular à comunidade ucraniana presente no nosso país, reiterando a mensagem do nosso Primeiro-Ministro de que estaremos sempre prontos a acolher e a apoiar aqueles que, decorrente destes atos de violência, veem as suas vidas dilaceradas.*

*É necessário procurar o mais possível, pelo quadro diplomático mundial, que se retomem a premissa de paz com a retoma direta do caminho que passa pela retirada imediata das tropas russas do território ucraniano.”*

**Presidente da Mesa** – Tenho de dizer, mais uma vez, que não é uma declaração de voto que é feita. Uma declaração de voto é equivalente à expressão “um voto de vencido” e dá-se a quem se pretenda desvincular de uma deliberação a possibilidade de explicar porque é que votou contra essa deliberação. Nós usamos aqui a declaração de voto para os votos de vencido e para os votos de vencedor. Apresenta-se um documento, uma proposta, faz-se uma intervenção e depois vencendo a votação volta-se a fazer uma declaração de voto de vencedor, não existe voto de vencedor. Não é a primeira vez, nem é a primeira pessoa que o faz, temos feito isso, mas não o devemos fazer, porque se não estamos a repetir períodos de intervenção e esta foi mais uma intervenção que foi feita em cima do voto de pesar apresentado. Temos de consensualizar, também, isto na Comissão Permanente para deixar de se usar estes pequenos estratagemas para amplificar os nossos tempos de intervenção.

**Vítor Rosa (BE)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Acompanhámos favoravelmente este voto de pesar em memória das vítimas, mas entendemos fazer algumas considerações sobre o discurso do Partido Socialista ao apresentar este voto.*

*Na sua saudação do 50.º Aniversário, o PS fala-nos dos movimentos e partidos que procuram, através de uma retórica populista e difamatória, que explora os anseios mais profundos da condição humana. Em anterior Assembleia, o PS criticou e bem, na nossa opinião, a forma ambígua que a CDU condenava a guerra na Ucrânia, mas o PS neste voto de pesar, nos seus considerandos, não fala da necessidade de encontrar caminhos para a paz, limitando-se à constatação dos factos que todos já conhecemos através da comunicação social, alimentando de certa forma todos aqueles que crítica de uma retórica populista e difamatória que explora os anseios mais profundos da condição humana sobre uma guerra absurda e condenável desde a primeira hora pela invasão das tropas russas a um país soberano como é a Ucrânia. Esquece, também, nos seus considerandos o apelo a negociações para a resolução deste conflito que continua a fazer vítimas inocentes.”*

**11. Voto de Pesar “pelo falecimento de Rui Azinhais Nabeiro” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Ilídio Ferreira (PS)** – Não é propriamente sobre este voto de pesar, mas é para propor à Assembleia que vote, também, um voto de pesar pelo falecimento de um trabalhador da Câmara há 27 anos, de nome Paulo Alexandre Cardoso Pinto, que trabalhava nos jardins e que é meu primo e que faleceu hoje.

**Presidente da Mesa** – Então vamos votar este voto de pesar conjuntamente com o do trabalhador Paulo Alexandre Pinto.

**Afonso Luz (CDU)** – Sobre o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rui Nabeiro, dizer que nos associamos a este voto de pesar, tratava-se, como sabemos, de um empresário com bastante mérito e que se destacou pelas suas preocupações sociais. Era bom que a sua forma de atuar fosse tomada como referência para muitos empresários deste país, onde impera a tacanhez de princípios.

**Presidente da Mesa** – A Mesa propõe à Assembleia que aceite a admissão deste voto de pesar proposto pelo falecimento do trabalhador. Dadas as circunstâncias momentâneas altera as saudações e propostas no devido tempo regimental que, também, prevê que em situações excecionais, como esta, possam ser incluídas na relação de documentos a aprovar.

Há objeções da Assembleia em aceitar este voto de pesar proposto pelo senhor deputado Ilídio Ferreira? Não há, então está adotado.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar pelo falecimento de Rui Azinhais Nabeiro aprovado por unanimidade e em minuta.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar pelo falecimento de Paulo Alexandre Cardoso Pinto aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória de todos os falecidos.

**Natália Soares (PSD)** – Gostava de solicitar uma intervenção para uma recomendação útil para a cidade.

**Presidente da Mesa** – Não estou a perceber.

**Natália Soares (PSD)** – Diz respeito a refúgios climáticos de calor.

**Presidente da Mesa** – Mas quer fazer uma nova recomendação?

**Natália Soares (PSD)** – É uma intervenção.

**Presidente da Mesa** – Quer fazer uma intervenção? Nós passámos o período das interpelações, moções, resoluções, saudações, votos...

**Natália Soares (PSD)** – Temos tempo neste momento para fazer uma intervenção, correto?

**Presidente da Mesa** – O PSD tem tempo para intervir neste período e quer usar o seu tempo para fazer mais uma intervenção? Faça favor.

**Natália Soares (PSD)** – A recomendação diz respeito a refúgios climáticos de calor.

Os refúgios climáticos apresentam-se assim como uma medida de mitigação, por parte dos municípios, ao problema da exposição da população a temperaturas demasiado elevadas, especialmente os mais vulneráveis.

Estes são espaços públicos e abertos a toda a população que devem ter boa acessibilidade, áreas de descanso confortáveis, água gratuita para consumo e temperatura ambiente fresca e adequada. Os refugiados climáticos podem abranger desde Bibliotecas, Centros de Dia, Pavilhões Desportivos, Museus, parques e áreas verdes. Esta prática de referência já foi implementada em algumas grandes cidades europeias, nomeadamente Paris e Barcelona. Na primeira cidade supracitada foram identificados mais de mil locais a que a população pode recorrer, tais como Museus, Igrejas, Bibliotecas, jardins e espaços verdes onde se podem, ainda, encontrar aspersores.

Em Barcelona, foram identificados mais de 200 locais perto da maior parte dos residentes onde a temperatura máxima é de 26 graus e onde são disponibilizadas águas e zonas de descanso. A maioria dos refúgios são edifícios previamente resistentes como Bibliotecas ou Pavilhões Desportivos, mas alguns foram construídos propositadamente para abrigar a população do calor.

Os refúgios climáticos de calor, apresentam-se, assim, como medida que a Câmara Municipal de Setúbal deve adotar para proteger a sua população das temperaturas extremas e proteger os mais vulneráveis, colocando-se em linha com grandes cidades europeias.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Setúbal apresenta na sequência desta recomendação do grupo municipal do Partido Social Democrata que:

1. Identifique os espaços públicos que possam funcionar como refúgios climáticos para o calor no Município de Setúbal, garantindo condições térmicas e logísticas adequadas;
2. Divulgue os espaços públicos para o efeito, incentivando a que as pessoas se abriguem nas horas de maior sempre que precisem e que as condições meteorológicas o justifiquem, especialmente junto das populações mais vulneráveis;
3. Coloque geo-localização desses mesmos refúgios no seu website;
4. Em coordenação com os técnicos do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros e da Divisão dos Direitos Sociais da Autarquia, bem como da Cáritas Diocesana na qualidade de Coordenadora do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo de Setúbal desenvolva um plano de contingência para vagas de calor.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, o que é que pretende que nós façamos com essa sua intervenção?

**Natália Soares (PSD)** – Fica o registo para o Sr. Presidente.

**Presidente da Mesa** – O registo? Mas acho que a matéria é importante, a matéria tem interesse e devia entrar no período regimental, com as 48 horas de antecedência para a Assembleia conhecer, agora a Assembleia não conhece o teor, genericamente percebe-se o sentido, mas quer que seja discutido na próxima Assembleia e apresentá-la como moção formalmente? Valia a pena! Quer que ponha à votação uma apresentação oral e a Assembleia aceita ou não a inclusão desse ponto ou...

**Simão Calixto (CDU)** – Senhor Presidente, um ponto de ordem por favor. Já ninguém está a perceber nada do que está a acontecer, o PSD vem para aqui largar moções...

**Presidente da Mesa** – É uma pena desaproveitar isso, porque o tema é importante, agora não se pode, depois do período de recomendações que entraram no tempo regimental, estarmos a voltar a fazer recomendações. Se não, vota-se uma proposta e a seguir apresenta-se uma outra proposta sobre o tema anterior, não pode ser, ou entrava no tempo regimental ou, então, apresenta-se na próxima Assembleia.

**Rui Lamim (PSD)** – Se por acaso fosse uma moção, saudação, qualquer outro documento que tivesse de ser aprovado, votado, ele teria de ser introduzido na ordem de trabalhos e apresentado 24 horas antes conforme o Regimento. Estamos a utilizar do nosso tempo para apresentar uma ideia, uma recomendação que não vai ser votada, porque não está na ordem de trabalhos, não entrou 24 horas antes, sobre os refúgios de calor e é uma sugestão que a bancada do PSD faz ao Município.

**Presidente da Mesa** – Está entendido, não é para ter sequência e está dito a posição do PSD sobre essa matéria e tomámos a devida nota.

**Simão Calixto (CDU)** – Já que estamos numa de sugestões, sugiro que possamos discutir na próxima Comissão Permanente, porque às tantas andamos aqui a apresentar recomendações e moções só porque temos tempo e não creio que seja esse o método de funcionamento que pretendemos para esta Assembleia e para este órgão municipal.

## **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação AM n.º 015/2023 – Relatório da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, sobre o processo de poluição ambiental na Mourisca**

**Isabel Conde (PSD)** – A Assembleia Municipal de Setúbal em reunião ordinária de 30 de setembro de 2022, aprovou a Resolução “Para que a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal acompanhe o caso da poluição ambiental na Mourisca”, apresentada pelo Partido Socialista, que elencava algumas questões e preocupações, assim como, referia a elaboração do presente Relatório a ser apresentado à Assembleia Municipal.

A Comissão iniciou os seus trabalhos, tendo dirigido convites para a audição das entidades envolvidas, nomeadamente a Administração Regional Hidrográfica do Alentejo da Agência Portuguesa do Ambiente, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a Câmara Municipal de Setúbal, o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana e a Reserva Natural do Estuário do Sado do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

Após ouvidas as entidades referidas, a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal conclui que existiu uma falta de coordenação na fase inicial, desde que surgiram as denúncias até se definir qual seria o serviço competente para intervir. As competências de cada entidade estão definidas, mas o circuito de apresentação de queixas e a articulação entre serviços, não se encontra objetivamente definido, não se revelando, na opinião desta Comissão, eficaz.

Apesar das entidades ouvidas terem atuado em parceria, exceto o ICNF, quando confrontadas com os tempos de atuação, estas tiveram entendimentos diferentes acerca dos seus procedimentos e dos tempos de cada um. Neste caso, a monitorização dos tempos e dos procedimentos é efetuada por serviço e mais uma vez, não temos dados da intervenção conjunta.

Relativamente ao que se prevê ou se poderá fazer, cada serviço faz uma interpretação distinta do processo que está a decorrer.

A Câmara Municipal de Setúbal e o SEPNA referem que se deve aguardar por uma decisão. A APA sugere que se deve fazer chegar ao Ministério Público, através dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, um requerimento que refira a importância, a necessidade de se fazer uma limpeza do troço da vala em pior estado e acionar-se uma nova análise das evidências da contaminação.

Relativamente à gravidade da situação, todos concordam com a sua elevada gravidade e deixam à justiça, o que é da justiça.

Mais se acrescenta que quando ocorre uma situação de risco, a população deverá estar informada acerca do procedimento a ter e tal não se encontra definido.

Em função das conclusões e sendo convicção desta Comissão que a defesa do ambiente e do bem-estar animal só será possível com o forte empenho das entidades com responsabilidade na matéria e o envolvimento da população em geral.

A Comissão propõe à Assembleia Municipal que:

Denuncie ao Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática o procedimento da APA e do ICNF no caso da Poluição Ambiental na Mourisca, que neste contexto, revelou a ausência de linhas orientadoras ou de procedimentos que definam os diferentes papéis, não se verificando nem rentabilização de recursos, nem de tempo, fatores esses muito importantes nas questões da poluição ambiental.

Recomende à Câmara Municipal de Setúbal que solicite ao Ministério Público, utilizando todos os instrumentos que a lei lhe confere, no sentido da proteção da natureza e de todas as espécies locais, autorização no intuito de espoliar uma nova análise das evidências da contaminação, uma vez que a prova já foi recolhida e já se encontra no processo, permitindo assim as ações em conformidade. Que prossiga e que amplifique as iniciativas conducentes à dinamização de projetos ambientais no sentido da prevenção, tanto no âmbito da educação ambiental escolar, como na população em geral, com projetos de informação e sensibilização ambiental e que envie este Relatório às entidades referidas.

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra)** – Fiz parte desta Comissão e quero dizer que foi um trabalho duro, deu-nos muito trabalho, foram muitas horas, muitas reuniões e o que espero é que esta Comissão não volte a ter outro trabalho nesta matéria, porque o que aconteceu foi muito mau, houve coisas que não funcionaram bem e poderiam ter funcionado melhor. Ninguém estava à espera do que aconteceu e da dimensão que atingiu e o que espero, neste momento, é que o Ministério Público tenha uma intervenção adequada àquilo que aconteceu e que não venha só multar quem fez aquele trabalho, mas venha julgar criminalmente. Aquilo foi um crime ambiental gravíssimo, houve muitas pessoas que sofreram muito durante aqueles meses e o que desejamos é que os responsáveis que contribuíram para que isso acontecesse sejam punidos criminalmente, porque só assim é que conseguimos evitar situações desta natureza.

Deve-se fazer todos os possíveis na resolução desta questão e não ficar só pelo valor monetário que vai parar ao Estado, mas olhar para as pessoas que foram prejudicadas, que viram as suas vidas atrasadas por terem tido grandes prejuízos e que esteja contemplado a empresa para fazer a limpeza na totalidade daquela vala.

Felizmente, neste Outono, choveu bastante, o rio está muito melhor, mas há uma parte daquela vala que tem muitas silvas, com toda a certeza que ainda tem muito contaminação, por isso deixar aqui esta nota, esperamos que o Ministério Público não demore muitos anos e que estas situações sejam tidas em atenção, que é esse o nosso grande objetivo.

**Luís Maurício (CH)** – Como membro desta Comissão, quero agradecer em especial à Coordenadora pela sua dedicação, fez um ótimo trabalho, como todos os que pertenceram a esta mesma Comissão. Esta Comissão demonstrou que vários organismos tem uma desorganização gritante entre eles, mostrou também que, desta vez, a nossa Câmara Municipal não teve culpa nenhuma e esperemos que as deliberações desta Comissão sejam postas em prática o mais rápido possível, porque são bastante importantes.

**Mariana Crespo (PAN)** – O PAN de Setúbal, vem manifestar o seu repúdio pelo contínuo desrespeito das grandes indústrias pelo Património Natural, ao mesmo tempo que lamenta a falta de tratamento dos resíduos industriais prejudiciais para os ecossistemas e o seu equilíbrio.

É também profundamente lamentável o desnorde das instituições, as quais devem pugnar pela defesa do nosso Património Natural, mas que no decurso dos trabalhos da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal ficou, infelizmente, bem patente.

Nesse sentido, e no seguimento das recomendações do referido Relatório, gostaríamos de reforçar junto do Executivo, especial atenção a estas questões no sentido de encetar todos os esforços ao seu alcance, para a resolução da situação e prevenção de situações futuras dentro do âmbito das suas competências.

**Simão Calixto (CDU)** – Dado que participei, em parte, das reuniões e das audições desta Comissão, quero destacar que, no quadro deste Relatório, estamos de acordo que o Governo demora a atuar naquilo que são as suas competências e que isto são competências do Estado Central, de entidades do Estado Central, nomeadamente da APA. Houve bastante dificuldade em atuar, muito por via da falta de meios, sejam humanos, sejam financeiros que estas entidades, também, se deparam todos os dias. Portanto, o apelo que está neste Relatório, também o faria de forma mais oral, é que o Governo olhe para estas entidades de forma diferente e que lhes dê os meios para atuar em situações destas, que necessitam de urgência e de meios humanos e financeiros para atuar devidamente.

**Rui Lamim (PSD)** – Desejamos, enquanto PSD, fazer um comentário ao Relatório. Obviamente que concordamos com as conclusões do mesmo, no entanto, gostávamos que há uma empresa que liberta produtos tóxicos no ambiente, a Câmara Municipal estava disponível para limpar, para remover parte desses produtos tóxicos que lá se encontravam, mas a Câmara só conseguiria retirar uma parte daquilo que foi o estrago, reparar e remediar um pouco aquilo que foi o estrago e o Ministério Público impediu essa mesma limpeza, essa mesma remoção.

Conclusão, há um que polui e há outro que impede a despoluição, acho que isto não é normal num país civilizado.

**Presidente da Câmara** – Em primeiro lugar, saudar a Assembleia Municipal por ter constituído esta Comissão e ter desenvolvido um trabalho que agora é reconhecido por todos. No entanto, quero dizer que, em determinada altura, a Câmara Municipal teve, como muitas vezes se diz, de se pôr em bicos de pés no sentido de alguém olhar para o que estava a acontecer, porque parece que ninguém queria assumir, pelo menos publicamente, aquilo que estava a acontecer.

Foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e eu próprio, que tivemos de ir ao local duas vezes, convocando a Comunicação Social para que, alguma iniciativa mais determinada por parte das entidades competentes, fossem tomadas as medidas necessárias e devidas, o que significou muitos meses de arrastamento desta situação e que mais uma vez lamentamos. Como disse o senhor deputado Rui Lamim, a intervenção do Ministério Público condicionou, a partir de uma determinada altura, a intervenção da Câmara Municipal. Esperamos que, todos aqueles que foram prejudicados com esta situação possam ser minimamente ressarcidos ou, que mais não seja, moralmente e que fiquem com a ideia de que o Estado é uma pessoa de bem e intervém no sentido de defender os interesses das populações.

Finalmente, dizer que a Câmara Municipal de Setúbal não faz tudo bem, temos a ideia e temos a consciência de que há coisas que não correm tão bem como gostaríamos, mas quando um senhor deputado faz uma intervenção na Assembleia Municipal a dizer que desta vez a Câmara Municipal não teve responsabilidades e naturalmente que respeitamos a opinião do senhor deputado. Ficamos com a consciência tranquila relativamente a este caso e a tantos outros que a Assembleia Municipal, também, tratou e que a Câmara Municipal continua a considerar que não teve responsabilidades em várias situações que a Assembleia Municipal avaliou em processos que se desenvolveram aqui. Nos que a Assembleia detetou que, entre tantos outros, volto a repetir, temos a ideia e a consciência de que não fazemos tudo bem, mas procuramos fazer tudo bem, fica aqui apenas este reparo.

Não havendo mais intervenções, foi o relatório aprovado por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**2. Informação escrita do Presidente acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Presidente da Câmara** – O documento foi distribuído aos senhores deputados, tiveram a oportunidade de ler a informação que foi preparada pelos serviços, se houver alguma questão os senhores deputados, naturalmente terão a oportunidade de a colocar.

**Manuel esteves (PS)** – No âmbito das atividades e visitas em Azeitão, o Sr. Presidente teve uma reunião no dia 18 do corrente mês, na Escola EB 1 de Brejos do Clérigo, na qual anunciou uma lista de obras prioritárias em Azeitão, que vou relembrar para que fique registado para memória futura.

Os projetos que foram apresentados são, um Pavilhão Gimnodesportivo na zona do Mercado Mensal, um Pavilhão Multiusos na Urbanização de Brejos do Xavier de Lima, a deslocação do Mercado de Brejos para as imediações do Parque do Morango, em terreno camarário, a requalificação de aproximadamente 2 KM da Estrada de São Gonçalo, a intenção de não abandonar a construção da variante da Estrada Nacional 379, da qual tira o trânsito pesado dentro da Aldeia de Vendas de Azeitão, que é a continuação da variante de Sesimbra, trazer a IC 21 até às portas de Azeitão e continuar a assegurar o saneamento no território. Perante todas estas ofertas que o Sr. Presidente fez aos azeitonenses, quero aqui dizer que os azeitonenses não acreditam no Pai Natal e que só em dezembro é que poderá haver possivelmente algumas situações de agrado para os azeitonenses.

Também lembrar que não façam aos azeitonenses aquilo que já estamos habituados aqui em Setúbal, que é prometer obras, como por exemplo, o Cais 7, a Biblioteca e o grande investimento dos chineses dos 300 milhões, e que até agora nada foi feito.

Se é para isto que vai fazer as reuniões com os azeitonenses e oferecer todas estas situações, nós assim não aceitamos, agradeço que tenha um bocadinho de atenção, que faça pelo menos algum esforço para cumprir com a sua palavra, como o senhor gosta muito de frisar e que nós em parte até acreditamos.

**Mário Aranha (PS)** – Quero fazer uma recomendação, que também já foi feita aqui pela nossa bancada e creio que por outras bancadas. Solicitamos que o resumo da atividade da Câmara seja muito mais sucinto e muito mais direto. Continuamos a ter relatos de colocação de torneiras, o número de fotocópias tiradas nas escolas, mudanças de lâmpadas, acho que isto é informação que não é relevante e que devíamos aproveitar os recursos que, de certeza devem demorar bastantes horas ou dias para elaborar este relatório, a fazer atividades que sejam mais produtivas.

Temos aqui três grandes preocupações para além de várias outras, mas que gostávamos de salientar, através da leitura do relatório. Mais uma vez não houve captação de investimento privado e criação de postos de trabalho com alguma relevância, isto é consubstanciado, por exemplo, com o estado de abandono em que está o IMAPARK, que foi um investimento que custou mais de 4,4 milhões de euros e que, neste momento, não tem destino e os meses passam. Existe uma falta de espaços empresariais na cidade e, de facto, custa ver aquele espaço ao abandono, além de estar a custar muito dinheiro aos contribuintes.

Manifestamos a nossa preocupação, mais uma vez, acerca do términus do famoso Jardim da Quinta da Amizade, pelo menos não vimos consubstanciado e não vemos no terreno e, inclusivamente, já há árvores que por falta de rega estão mortas, e parece uma obra de Santa Engrácia que nunca mais termina.

**Alexandre Teles (PSD)** – Aproveito esta parte do período de antes da ordem do dia para trazer aqui um apelo, tendo em consideração que o Presidente teve uma proatividade tão grande com a Vala de Brejo de Canes, também deveria ter uma proatividade com diversos outros casos que existem a nível do concelho. Existem muitos casos de deposição de entulhos e lixo pelo concelho fora, sei que é falta de civismo das pessoas, mas vou dar aqui um exemplo que muito me toca, que é uma zona da Reserva do Estuário do Sado, no final da Estrada da Morgada, a Estrada das Chamburguinhas, uma zona lindíssima do nosso Estuário do Sado, que pega de frente com o Pontal de Musgos, da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. A zona de Gâmbia é lindíssima, devia de estar mais dinamizada e aproveitada, mas nos últimos tempos tem vindo a ficar muito pior com a deposição de entulho e lixos, numa zona naturalmente protegida. Sei que essa zona não é da responsabilidade do Município, é uma zona de responsabilidade da APSS, mas o Município deveria fazer um *forcing*, uma pressão para tentar mais rapidamente, pelo menos sensibilizar aquelas pessoas, também é um pouco de cariz social. Aquela área que ali está, que tem uma construção que foi roubando espaço ao rio e foi nascendo por deposição de entulho, mas quem lá passa e que é da zona já custa ver, quem não é, chega lá e fica espantado com o que se passa.

**Isabel Conde (PSD)** – Continuando no Relatório de Atividades deste primeiro trimestre, colocava aqui uma questão no que diz respeito à Divisão de Espaços Verdes e relativamente às reclamações recebidas, que foram 188, nestes 3 meses, uma vez que as mesmas se encontram devidamente monitorizadas, solicitamos informação quanto ao tema ou ao assunto mais relevante e frequente destas reclamações. Relativamente às participações e sugestões que serão cerca de 64, segundo o Relatório, e gostávamos de saber quais são os temas mais recorrentes. Temos consciência que, se calhar, não será uma informação que esteja disponível agora, mas se fizesse o favor de nos fazer chegar, agradeceríamos.

**Flávio Lança (IL)** – A minha questão é muito simples, na página 32 do Relatório, verificamos que a derrama caiu 96%, gostava de saber se o Sr. Presidente tem alguma justificação para isso. Também no texto é feita uma referência às taxas, multas e outras penalidades que não constam no quadro e gostava de saber porquê.

**Paula Soeiro (PSD)** – Só uma pequena nota de correção, de certeza que é uma gralha na página 181, abaixo do primeiro quadro médio de avaliação do Ensino Secundário, está em percentagens, quer a média de avaliação do Básico, quer do Ensino Secundário, devo entender que tem de se tratar de uma gralha, porque isto deverá ser valores absolutos, será 3,5 no valor de 1 a 5, e na avaliação do Ensino Secundário 13,6, de 0 a 20, este é um apontamento.

Relativamente à Carta Educativa, estive como representante da bancada na apresentação, que aconteceu aqui nos Paços do Concelho, e as informações na página 183 referem que já existe uma canalização do processo de aprovação da Carta Educativa, se isso pudesse ser tornado público, ou pelo menos aos membros da Assembleia, de forma que possamos agora verificar quais são as etapas seguintes da Carta Educativa.

Finalmente, tentar perceber se a justificação apresentada na página 193, relativamente ao número total de visitas às escolas que aconteceram neste trimestre, em nota de rodapé diz que o número de visitas técnicas às Escolas Básicas do 1º Ciclo é limitado e inferior aos meses transatos, por consequência da elevada procura da única viatura de serviço disponível no Departamento de Educação e Bibliotecas. Refere, ainda, e que é importante salientar, é que o DIM não consegue dar resposta e o acompanhamento adequado às necessidades existentes do mesmo. Tomando como verdadeiro esta informação que aqui está, de que modo é que o Executivo pensa poder contribuir para uma eficaz resposta por parte do Departamento?

**Simão Calixto (CDU)** – Em relação a este Relatório, demonstra que, de facto, a Câmara também tem uma atividade muito alargada e que temos uma cidade e um concelho vivo, seja através das atividades culturais, das obras que estão em andamento e em fase de adjudicação, seja também como as empreitadas na habitação no âmbito do programa do PRR ou até, como por exemplo, as mais de mil árvores plantadas no Parque Urbano da Várzea e que demonstram o trabalho que tem sido feito nestes primeiros três meses do ano por este Executivo, e esperemos que se aprofunde e que se alargue nesse sentido.

**Presidente da Câmara** – Darei aqui algumas respostas às intervenções dos senhores deputados, mas relativamente às questões da Educação, a Sra. Vice-Presidente responderá.

Senhor deputado Manuel Esteves, o senhor não acredita, sabe que devemos ter essa ideia dos tempos difíceis que correm, mas devemos acreditar. Naturalmente que percebemos que o Partido Socialista tem algumas dificuldades em perceber algumas coisas. Senhor deputado, ainda bem que colocou aqui as questões, porque decidimos fazer estas reuniões com as populações, no sentido de ouvir o que é que têm a dizer, porque os problemas são sempre muitos, como todos sabemos, todos os dias há problemas novos, há questões novas, há outros que se arrastam há anos e que não se resolvem e quando voltamos todos os anos a fazer estas reuniões com as populações, naturalmente que reavaliámos as situações e procuramos dar resposta às questões que as pessoas colocam.

Ao mesmo tempo, já que a Câmara Municipal, o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia estão envolvidas neste processo, aproveitamos nessas alturas para dizer aquilo que são compromissos que já estão no nosso programa eleitoral. Basta ir lá ver, mas a questão é dizer agora que vamos avançar com estes projetos e com estas obras e foi isso que fizemos. O senhor referiu e muito bem, o senhor não esteve lá, mas quem esteve lá quase que gravou aquilo que foram os compromissos assumidos, e digo quase, porque o senhor acrescentou-lhe mais umas coisas, mas são compromissos assumidos e quando temos compromissos assumidos, são obras para realizar.

Posso-lhe garantir, mas ainda não tínhamos falado sobre estas questões publicamente, mas é uma oportunidade que agradeço ter aqui colocado, porque assim os senhores deputados ficam já a saber que há um compromisso de grandes projetos para Azeitão, naturalmente que há sempre obras a decorrer em Azeitão, como o senhor sabe.



No que refere às questões das intervenções nos arruamentos, foram centenas de arruamentos sem pavimento, sem infraestruturas, que ao longo dos anos temos vindo a recuperar, naturalmente, não com a velocidade que as populações gostavam, e nós também, porque quando estiver o assunto resolvido, há outros para resolver, mas tem sido um esforço muito grande ao longo destes anos, no sentido de garantir pavimentos, garantir passeios, garantir infraestruturas e que são muitos milhões de euros, senhor deputado, muitos milhões de euros que têm sido investidos nos últimos anos, pelo menos nos últimos dez, doze anos. Muitos milhões de euros que têm sido investidos na requalificação de todos aqueles espaços que estavam num estado lastimável.

Para além dessas obras que continuam e que estão em permanência, uma rua num mês, passados dois ou três meses há outra rua que avança, estão sempre a ocorrer obras em Azeitão na questão das infraestruturas e vão continuar. Para além disso, há este compromisso destes grandes projetos que Azeitão pode contar, assim como outras Freguesias do nosso concelho também vão contar, e quando lá chegarmos, naturalmente, que daremos essa informação às populações.

Relativamente ao senhor deputado Mário Aranha, também costuma fazer sempre umas intervenções muito críticas relativamente à CDU e ao trabalho que desenvolvemos. Começou por dizer que não houve captação de investimento, volto-lhe a dizer, e acho que já lhe tinha dito na última vez, o senhor anda um pouco distraído, porque se não andasse distraído, percebia o despique, chamemos-lhe assim, entre investidores que pretendem investir no nosso território para conseguirem ficar com os espaços e estou a falar de áreas industriais, não estou a falar de outras áreas. Como sabe a área industrial que temos no nosso território é limitada e os investimentos que estão aí, os investidores que recebo, por isso é que estou a dizer que existe um despique muito grande para conseguirem garantir os seus investimentos. Naturalmente que acompanhamos estes processos, são processos na área industrial, são processos que levam o seu tempo, são projetos de grandes investimentos, alguns são públicos, já há outros que ainda não são, mas é o senhor é que não está com muita atenção a essa situação.

Relativamente ao IMAPARK, o senhor disse que o investimento que a Câmara fez não tem destino e que foi um investimento ao acaso, mas não é assim senhor deputado. Estão a ser desenvolvidos trabalhos com vista a tornar um grande centro de atividade económica, na sua grande maioria, da responsabilidade do Município de Setúbal, mas não vou agora aqui dizer porque o senhor vai ter de ir procurar. Duas das áreas de atividade económica que vão ser instaladas no IMAPARK, aliás, acho que consta até do nosso programa eleitoral a sua instalação e são áreas extremamente importantes para o desenvolvimento do nosso concelho.

Relativamente à questão do Jardim da Quinta da Amizade, se o senhor deputado também estivesse com atenção, bastava ver o empréstimo que a Câmara Municipal pediu e que foi aprovado pela Assembleia Municipal e que teve há cerca de 15 dias o visto favorável do Tribunal de Contas e a obra vai avançar brevemente. Chamava-lhe a atenção para o senhor não andar tão distraído, porque, assim, não cometia tantas gaffes.

Senhor deputado Alexandre Teles, disse tudo, só não disse que a Câmara Municipal continua a insistir com quem tem competência nesta área, neste território, para cumprir aquilo que são as suas obrigações, em particular o ICNF e por outro lado, também, a APSS que tem ali alguma competência.

A Câmara Municipal tem feito um esforço muito grande, exatamente neste local, há uns anos atrás, retirámos de lá carradas de entulho, limpámos tudo, fizemos um acesso e até uma espécie de uma rotunda, que foi muito criticada por quem tem a responsabilidade da gestão daquele território. Por isso é que digo que foi uma espécie de uma rotunda para que o autocarro pudesse lá circular, quando chegasse ao limite, isto dá bem a ideia de que a Câmara Municipal cumpre e vai, muitas vezes, ao encontro daquilo que são as necessidades das pessoas e vai muito além daquilo que são as suas competências e até no caso, porque a competência da intervenção e da gestão daquele território não é da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal interveio, fez um trabalho extraordinário e até fez o arranjo do arruamento para o autocarro lá chegar. Não podemos fazer mais, porque não era permitido, mas obrigado por trazer esta questão, muitas vezes não se sabe o que a Câmara faz e quais as competências das outras entidades que não atuam.

No que se refere aquela intervenção na vala e em tantos outros casos, o que verificamos é que os institutos, as entidades da Administração Central têm uma grande falta de meios para poderem, também, intervir e isso depende dos sucessivos Governos, neste caso do atual Governo. As entidades que têm competências para intervir em determinadas matérias não o fazem, sabemos que, muitas vezes, não o fazem por falta de meios que deviam ter para cumprir aquilo que são as suas competências.

Relativamente à questão da evolução dos dados fiscais, o resultado que está no Relatório, no fundo é uma evolução desses dados, não é mais do que isso, é apenas um indicador e por isso não lhe posso fazer aqui nenhuma avaliação sobre esses dados. São os que estão disponíveis ao longo destes três meses e, portanto, ficou neste relatório, quando chegar a altura, faremos a avaliação desta situação, mas talvez quando for a apreciação do Relatório, haja já alguns indicadores relativamente a essa estranheza desses dados, ou da evolução dos mesmos.

Peço à Sra. Vice-Presidente, para vos dar alguma informação sobre as questões da área da educação.

**Vice-Presidente da Câmara** – Efetivamente na página 181 não são pontos percentuais, foi uma gralha.

Relativamente às questões da Carta Educativa, ela foi agendada e está na próxima ordem de trabalhos da reunião de Câmara do dia 3 de maio. Virá à Câmara Municipal para uma primeira aprovação e para ser remetida ao Departamento Governamental que tem a obrigação de dar um parecer vinculativo.

A DGESTE, penso que será a DGESTE, que depois remeterá para o IGF e tem 20 dias úteis, cerca de um mês, para o fazer, depois o documento retorna à Câmara Municipal. Se eventualmente tiver tudo bem, se tiver necessidade de correções teremos de fazer essas correções e só depois virá à Assembleia Municipal, arriscaria ou à de junho ou à de setembro, vamos ver como é que correm efetivamente estas diligências.

A Carta Educativa foi um processo muito participado, tivemos uma reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 26 de abril em que o Conselho Municipal emitiu um parecer favorável, por unanimidade, ao conteúdo da Carta, que é um documento muito importante e está perto da sua conclusão.

Em relação a esta chamada de atenção que a senhora deputada municipal fez relativamente à questão da viatura, isto é só um alerta quanto ao conjunto enorme de tarefas que o Departamento de Educação se viu obrigado a ter, decorrente da transferência de competências. Tendo em conta todas essas tarefas há algumas que ficaram sacrificadas, porque a transferência de competências nos trouxe bens, ficámos com mais dez refeitórios em que é preciso as nossas nutricionistas acompanharem constantemente, para além daqueles trinta que já acompanhavam, ficámos com mais sete escolas para fazer manutenção, para além das outras. Embora tenhamos protocolo com a Junta, temos muitas responsabilidades, também, nas Escolas do 1º Ciclo e tudo isto sem meios atribuídos para esta transferência de competências, o que se torna complicado.

Temos vindo a contratar algum pessoal às expensas da Câmara Municipal, também no caso dos concursos das viaturas, pedimos para se incluir mais viaturas para se puder dar resposta, mas as coisas demoram o seu tempo e estamos a tratar efetivamente daquilo que temos vindo a alertar, que esta transferência de competências nos pode tirar capacidade de intervenção e naquilo que são as competências próprias da Câmara para podermos, também, desempenhar tarefas neste âmbito. Efetivamente, vê-se desde as questões orçamentais, como já tive oportunidade de dizer em reunião de Câmara, um milhão e trezentos mil euros a mais do que o valor recebido para a transferência de competências, mas também se vê aquilo que é o dia a dia dos trabalhadores da Câmara em responder a todas as solicitações e dos meios que temos ao dispor.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente à nossa distração, em que não vemos investimento privado em Setúbal, assim sendo, pedimos um esclarecimento ao Sr. Presidente ou ao Executivo que nos indiquem, no ano de 2022 e neste primeiro trimestre, qual foi o Top 5 dos maiores investimentos privados em Setúbal. Por outro lado, mais uma vez reforçamos a nossa preocupação relativamente à questão do IMAPARK, porque foram investidos 4,4 milhões de euros e, segundo me recorde, o PS até votou a favor dessa aquisição e que foi um leasing, ou seja, todos os meses a Câmara está a pagar juros, além de capital e, pelos vistos não há uma data precisa para que o IMAPARK comece a funcionar, a pergunta é, quando é que o IMAPARK vai começar a funcionar?

**Manuel Esteves (PS)** – Gostava de colocar a seguinte questão ao Sr. Presidente, do que tentou responder às questões que foram por mim feitas e o que foi apresentado nessa campanha eleitoral, que foi fazer em Azeitão, os azeitonenses gostavam de saber quando é que pretende começar a iniciar alguma daquelas obras e qual é o tempo dessa iniciação, porque nada disse. Comprometeu-se, fez a campanha eleitoral, que eu saiba ainda vem lá muito à frente, disse que gastou lá muitos milhões, e disse bem, fez lá algumas obras, mas olhe que Azeitão é das zonas que mais milhões dá, também, a esta casa, portanto, também merecemos essa consideração.

**Presidente da Câmara** – Senhor deputado Mário Aranha, os senhores acham ou pelo menos pretendem fazer crer que obras destas que envolvem muitos milhões, que para nós basta querer e a coisa acontece, mas não é assim, como muito bem sabe. São obras de milhões de euros de investimento, é necessário requalificar o equipamento, são projetos que levam o seu tempo, nem sequer digo que é uma obra deste mandato, mas faremos tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para que o IMAPARK, que foi adquirido pela Câmara Municipal, venha a instalar o Mercado Abastecedor e o Mercado de Segunda Venda, que está na zona ribeirinha.

O senhor só se preocupa que foi feita a aquisição do equipamento e que, como o senhor disse, não se sabe o que é que vai acontecer, isto é um compromisso que está assumido há muito tempo, de fazer a transferência do Mercado Abastecedor para o IMAPARK. Como sabe, o Mercado está num espaço arrendado e custa muito dinheiro à Câmara Municipal e, por isso, é necessário transferi-lo para lá o mais rápido possível, mas o mais rápido possível é dentro de um quadro de investimento que, naturalmente, tem de ser ponderado e assumido. Também é verdade e importante dizer que, estas coisas estão todas interligadas, o Mercado Abastecedor foi para estas instalações, porque estava numa situação profundamente lamentável quando chegámos aqui à Câmara Municipal. Não faço mais comentários, porque todas aquelas pessoas que estavam no Mercado Abastecedor sabem bem o que passavam e a situação em que estava o Mercado Abastecedor e fomos nós que assumimos essa responsabilidade de retirar dali os vendedores, de arrendar um espaço, de os instalar condignamente e hoje, senhor deputado, posso garantir que é o Mercado Abastecedor mais importante, mais dinâmico da Península de Setúbal. Não vou mais longe, se calhar até podia ir, mas é só para que fique registado também estes factos.

Relativamente às questões dos projetos e das obras em Azeitão que foram prometidas, senhor deputado Manuel Esteves, naturalmente que nós fomos falar com as populações e dizer que, neste mandato, aquelas obras vão ser realizadas.

### **3. Deliberação n.º 016/2023/AM – Delib. CM n.º 633/2023 – Renovação do Licenciamento Microsoft – Concurso público n.º 02/2023/DAF/DICOMP/SECOMP**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do CH, do BE e da IL, e a abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

De referir que nesta reunião que tivemos da Comissão de Economia, Administração e Finanças, aproveitamos também para discutir uma Resolução que tinha baixado à Comissão, uma Resolução apresentada pela bancada da Iniciativa Liberal, na Sessão Ordinária de 24 de fevereiro, que tem a ver com “*O acompanhamento e análise, pela Comissão de Economia, Administração e Finanças, das contas do Município de Setúbal e a respetiva execução orçamental*”. Dessa discussão resultou que, a Comissão decidiu solicitar à Câmara Municipal, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a indicação de um interlocutor, se possível, durante o próximo mês de maio, para reunir com a Comissão, no sentido de avaliar os elementos contabilísticos passíveis de serem fornecidos trimestralmente.

**Presidente da Mesa** – Este assunto foi remetido à Comissão de Economia, Administração e Finanças, a Comissão faz um pedido de uma intervenção, a Mesa limita-se a formalizar unicamente o pedido ao Sr. Presidente da Câmara, que depois indicará quem entender para tratar desta matéria.

**Mariana Crespo (PAN)** – A Assembleia da República deliberou através da Resolução n.º 66/2004, publicada no Diário da República de 15 de outubro de 2004, a tomada de medidas com vista ao desenvolvimento do software livre e à sua adoção pela Administração Pública, incluindo as Autarquias Locais. Desde a data da Resolução da Assembleia da República até hoje, tem sido considerável o desenvolvimento de programas informáticos de software livre, que apresentam resultados tão satisfatórios, quanto os do designado software de proprietário, como é o caso aqui da Microsoft. A utilização de software livre apresenta, sem perda de qualidade a nível de trabalho ou perda de facilidade de uso de vantagens económicas e de flexibilidade de adaptação nos casos de livre acesso ao código-fonte.

Há Autarquias portuguesas que já utilizam de forma abrangente o software livre e open source no dia a dia. O Orçamento Municipal despende em despesas de software informático um montante que pode ser reduzido através do recurso a software livre e que poderia contribuir para o equilíbrio das contas do Município.

Nesse sentido, o PAN considera como mais recomendável, que os serviços municipais adotem progressivamente software livre no Município de Setúbal, em substituição, ou em complemento do software existente, motivo pelo qual nos vamos abster nesta votação.

**Paulo Lopes (PS)** – Gostava de ouvir, por parte do Executivo, alguma resposta em relação à intervenção da Deputada Mariana, porque me parece bastante relevante, estamos a falar de um investimento de um milhão e novecentos mil euros por 3 anos.

Nesse sentido pretendia saber se a Câmara fez, efetivamente, essa pesquisa, esse estudo, se é possível, se não é possível face àquilo que são as plataformas com que a Câmara trabalha atualmente, para também tentar perceber se esta opção é a melhor opção, ou se esta opção é a opção possível no tempo em que estamos. Parece-me que esta proposta é já para o ano de 2023 e, portanto, temos de garantir as licenças das plataformas e dos programas com que se está a trabalhar. Portanto, o que quero saber, é se se chegou a fazer esta análise que a deputada municipal do PAN aqui referiu.

**Presidente da Câmara** – Em resposta ao senhor deputado, Paulo Lopes, eu não sou a pessoa mais indicada para falar sobre este assunto, mas o que lhe posso dizer é que temos mesmo de avançar com esta proposta, porque as licenças têm de ser renovadas e todo esse processo, naturalmente, que deve continuar. Os nossos serviços estão atentos à situação, e numa próxima contratação, naturalmente, que estas questões irão ser tomadas em conta.

Agradeço à senhora deputada, por colocar aqui a questão na Assembleia, no fundo, sensibilizando mais ainda os nossos serviços para esta situação. Agora, quero que fique claro que estamos numa situação que não podemos prescindir de avançar com esta contratação, neste momento.

**Presidente da Mesa** – Este problema não é só nas Autarquias, é também na Administração Central, no Governo, não há também notícias de avanços significativos, e como sabem as casas de software que trabalham com as Autarquias são duas, praticamente têm o grosso dos Municípios. Desligar um software de proprietário é uma tarefa muito complicada, e tenho a experiência das tentativas que já fiz, mas é um assunto que tem de ser trabalhado também a nível de enquadramento legal.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, dois do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

**4. Deliberação n.º 017/2023/AM – Delib. n.º 636/2023 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2022**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e o voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Presidente da Câmara** – Irei fazer a apresentação e levantar algumas questões que parecem importantes considerar, relativamente a esta Prestação de Contas.

A atividade autárquica em 2022, foi condicionada de várias formas e os resultados do exercício refletem necessariamente estas múltiplas condicionantes, apesar da pandemia do Covid 19, que afetou todas as nossas vidas, ter reduzido o seu impacto direto nos finais de 2021, o que é facto, é que ainda em janeiro de 2022 houve serviços da Câmara Municipal que tiveram de encerrar vários dias por efeitos da doença. Foi exatamente em fevereiro de 2022 que deflagrou a guerra na Ucrânia, com a invasão pela Rússia, cujas consequências diretas e indiretas ainda hoje não estão devidamente avaliadas no plano económico e social do País e, em particular, na atividade autárquica. Os exemplos mais destacados são o aumento dos preços dos produtos energéticos, alimentares e das matérias-primas em geral, resultando numa pressão inflacionista a nível global. Assim regista-se na Zona Euro, onde se integra Portugal, uma inflação homóloga no final de 2022 superior a 9%.

Neste quadro inflacionista, com o agravamento da situação social e económica das famílias, empresas, instituições de economia social e movimento associativo, a Câmara desenvolveu um conjunto de iniciativas e tomou decisões importantes que atestam a dinâmica da Câmara Municipal no assumir dos compromissos que afirmámos com as populações.

O momento da avaliação, votação e discussão da Prestação de Contas distingue-se a múltiplos títulos de outros momentos relevantes da vida económica financeira da Autarquia e desde logo do momento da discussão e votação do Orçamento Municipal e documentos que o acompanham. Não digo que este seja um momento despido de uma dimensão política, não digo que seja um momento de debate técnico e de avaliação do cumprimento de critérios orçamentais e contabilísticos.

Esperamos um debate sobre as opções políticas e sobre a forma como o Orçamento foi executado, esperamos com naturalidade as vossas críticas e sugestões, antecipamos naturalmente algum desacordo, mas quando votamos a Prestação de Contas, não votamos opções políticas, votamos um relato técnico, um retrato fiel da forma como o Orçamento foi executado, podemos não gostar do retrato, mas é sobre a sua fidelidade à realidade que nos devemos pronunciar. Fidelidade atualmente reforçada pela Certificação Legal de Contas, que como se pode ler no documento considera que as demonstrações financeiras apresentadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Setúbal em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Há pouco mais de uma semana, e à semelhança do que sucedera em 2022, os senhores vereadores do Partido Socialista, votaram contra a Proposta de Prestação de Contas do exercício transato, porque o retrato não é fiel, não! Sobre esse tema nem uma palavra! Porque não gostaram do retrato? Mas sobre isto, ou sobre o que para o futuro deixaram plasmado na sua declaração de voto, muito há a dizer.

Começando pelas reflexões relativas à execução e tendência da evolução das receitas dos impostos, percebe-se que os senhores vereadores confundem a previsão orçamental com a efetiva execução anual dos vários impostos. Mais, revelam algum desconhecimento, sobre o momento em que se refletem as medidas adotadas em Câmara, só assim se percebe que relativamente ao IRS considerem que, apesar da decisão de redução da taxa de 5% para 4%, a receita tenha crescido. A decisão de redução da taxa, aplicando-se aos rendimentos de 2022, só terá reflexos orçamentais em 2023 e para este ano o que antevemos é uma redução de receita superior a um milhão de euros.

Quanto à Derrama, ao invés de falarem de um aumento de 105,5%, bem podiam comparar a execução de 2022 com a de um ano de pré pandemia de Covid 19, para perceber que o aumento é em verdade de 4,6 milhões para 5,9 milhões, e esse sim, fruto do aumento da atividade económica, que o PS ao sabor das circunstâncias diz repetidamente que não existe. E a confusão estende-se ao IMI, aqui os senhores vereadores declaram que, apesar de uma previsível redução, a receita é ainda assim superior a 21,242 milhões, estimados pelo PS. Ora, se olharmos como devemos para a receita anual do imposto percebemos que a receita real do IMI em 2022 foi de 20.864.967 euros, cerca de 400 mil euros abaixo da previsão do Partido Socialista.

Mas continuemos, segundo a declaração de voto apresentada, existe um aumento de 12,5 milhões na despesa corrente, do qual 7,5 milhões decorrem da aquisição de bens e serviços, estes montantes correspondem às despesas pagas e não às despesas assumidas. Se olharmos, como devemos, a despesa, gastos, constantes da demonstração de resultados, como fornecimentos e serviços externos e não exclusivamente as despesas pagas constantes do mapa que integram o relatório de gestão, percebemos que a aquisição de bens e serviços se mantém no essencial estável de 2020 a esta parte, na ordem dos 28 milhões de euros, não registando qualquer incremento significativo, 28 milhões de euros em 2020, 28,5 milhões de euros em 2021, 28,4 milhões de euros em 2022.

Quando chegamos ao tema das dívidas a fornecedores, a confusão é ainda maior, a declaração de voto pretende comparar a dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2020, de 15,9 milhões de euros, com a mesma dívida em 31 de dezembro de 2022 de 16,2 milhões de euros. Ora, sucede que a dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2020 era de 25,6 milhões, sendo de 27,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 e de 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, valores estes disponíveis no Balanço apresentado. Até 2022 as faturas do ano da Prestação de Contas, registadas no ano seguinte, eram registadas como acréscimos de custos, donde a redução da dívida a fornecedores ascendeu apenas entre 2021 e 2022, perto de nove milhões de euros, o que num exercício em que o volume de compromissos assumidos apresentou grande expressão, não deixa de ser representativo do esforço realizado pela Câmara Municipal.

Felizmente este ano, o PSD não acompanhou o voto injustificado e injustificável dos senhores vereadores do PS, sobre o tema, mas fê-lo há um ano, impedindo que uma Prestação de Contas fiel, acompanhada de uma Certificação Legal de Contas que atestava isso mesmo, fizesse o seu caminho natural sendo discutida em Assembleia Municipal e endereçando naquele conjunto de documentos relevantes, para as relações com os Bancos e outras entidades ou para a instrução de candidaturas. Em suma, um documento técnico foi reprovado por razões e calendários exclusivamente político-partidários.

O exercício de 2022 acentuou a aposta na Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia, bem como na implementação de soluções de gestão de proximidade, reforçando a participação das comunidades nas decisões que lhes dizem respeito. Foi igualmente um ano de regresso da Gestão Pública da Água e do Saneamento e da constituição dos Serviços Municipalizados de Setúbal, o que acarretou um enorme esforço físico de técnicos e de eleitos e um grande envolvimento financeiro da Autarquia.

O ano de 2022, foi ainda o ano do início de uma grande aposta na habitação, a qual se prolongará pelo menos até ao final do presente mandato. Ao longo deste exercício, crescemos na oferta cultural e desportiva levando mais atividades a mais municípios e afirmando o território de Setúbal como o espaço privilegiado da prática desportiva e fruição cultural na região. Cresceu igualmente a aposta na saúde e na educação, associada esta ao difícil e desequilibrado processo de Transferência de Competências para as Autarquias, que as obrigou a um esforço de readaptação e de uma mobilização de recursos humanos e financeiros, superando manifestamente as verbas transferidas de grande significado, como a Sra. Vice-Presidente já disse, ascendem a um valor superior a um milhão e trezentos mil euros.

O património qualificado, a diversidade e qualidade ambientais e a qualidade de vida são fatores de atratividade indiscutíveis, que marcam o nosso concelho e o seu posicionamento regional e sub-regional. O reforço das estruturas verdes urbanas, a par da valorização crescente das zonas de reserva, existentes no nosso território, representam um esforço permanente que reputamos como absolutamente determinante para o nosso futuro.

Em 2022, a receita total arrecadada fixou-se nos 123,7 milhões, incluindo o saldo de gerência relativo ao exercício de 2021, excluindo deste saldo o valor arrecadado em 2022, registou, ainda assim, um acréscimo de 19% relativamente ao ano anterior. Globalmente este valor representa um acréscimo de 18 milhões face a 2021, de facto, apenas no segmento de receitas de capital foi registado um desvio negativo, na ordem de 27% face ao ano anterior, traduzindo-se num decréscimo da receita de 4,6 milhões, esta redução é integralmente justificada pela rubrica de passivos financeiros.

Nas receitas correntes 128.235.713 milhões de euros, destacam-se os impostos diretos 48,6 milhões, as transferências correntes 61%, a venda de bens e serviços correntes de 13 milhões, e mais 1 milhão respetivamente, os rendimentos de propriedade mais ou menos 1%, as taxas, multas e outras penalidades mais 18% e outras receitas correntes, em grande parte justificado pelo acionamento da garantia bancária, no montante de 12,4 milhões prestada pela empresa Águas do Sado a favor do Município.

Nas receitas de capital de 12,138 milhões, destacam-se os passivos financeiros, menos 37%, por valor de utilização de capital de empréstimos contraídos, as transferências de capital, a venda de bens de investimento e outras receitas de capital e ativos financeiros. As despesas correntes são claramente o agregado com maior peso na estrutura, 77% da despesa total.

No exercício do ano de 2022, a despesa paga ascendeu a 117,9 milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de 70%, as despesas correntes alcançaram os 89,2 milhões e as despesas de capital 28,7 milhões, a despesa paga cresceu ao longo do último quadriénio, registando-se um acréscimo de 18% face ao ano transato, 18,3 milhões, demonstrando um esforço contínuo por parte do Executivo em diminuir a dívida municipal, honrando atempadamente as suas responsabilidades com terceiros.

Nas despesas correntes, destacam-se as despesas com pessoal de 44%, as aquisições de bens e serviços de 37%, as transações correntes de 15% e outras despesas correntes, juros e outros encargos, mais ou menos entre 2 e 1%, respetivamente.

A despesa corrente apresenta um comportamento crescente e em todas as suas componentes, as despesas de capital compreendem a aquisição de bens de capital de 61%, os passivos financeiros de 39% e as transferências de capital e outras despesas de capital com uma percentagem muito residual inferior a 1%.

Os compromissos transitados do ano anterior somam 30,7 milhões de euros, a estes somaram-se 116 milhões de compromissos assumidos no próprio ano, tendo em conta os 118 milhões de pagamentos efetuados. O montante de compromissos a transitar para 2023, foi de 29 milhões, representando um menor valor de compromissos transitados no quadriénio e assinalando um decréscimo de 7,5 milhões relativamente ao ano anterior.

Neste sentido, é importante constatar que 2022, sendo o ano em que os compromissos assumidos atingiram os valores mais elevados do quadriénio, o que se deve ao volume de atividade e investimento, mas igualmente ao aumento de custos inerentes às mesmas, é igualmente o ano em que o fruto de um grande esforço de liquidação de dívida, transita para o ano seguinte o menor volume de compromisso do quadriénio.

O total do capital em dívida de empréstimos e locação financeira a 31 de dezembro de 2022, era de 29,194 mil milhões, ficando um decréscimo de 15% face ao ano anterior. Esta dívida é composta por 22.304 mil milhões de empréstimo de médio/longo prazo e 6,8 milhões de contratos de locação financeira.

É de referir que, no ano de 2022, não foi contratado nenhum empréstimo excetuando o de curto prazo no valor de 10 milhões, para acorrer a necessidades de tesouraria. Ao longo do ano foi utilizado o valor de 6,4 milhões desse empréstimo, tendo sido o mesmo totalmente amortizado no final do ano. Durante o ano de 2022 foi aberta a consulta para a contratação do empréstimo de médio/longo prazo no montante de 5,9 milhões de euros, para investimentos no ano de 2023, cujo respetivo contrato veio a ser firmado com a Caixa Geral de Depósitos já no corrente ano.

Analisando o serviço da dívida verifica-se que este cresceu 14% relativamente a 2021, impulsionado pelo aumento das suas componentes, juros e amortizações. O crescimento de 12% verificado nas amortizações, é gerado pelo início do pagamento das amortizações referentes aos contratos de locação financeira, visando a aquisição de viaturas elétricas, dos empréstimos e despesas de financiamento de 2019, habitação social, eficiência energética, recolha seletiva de bio resíduos em Setúbal e com a amortização

total do empréstimo do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, despesas com redes secundárias de gestão de combustíveis. Já o aumento dos juros pagos de 43%, ocorre do sucessivo aumento da taxa Euribor, de salientar que esta taxa deixou de ser negativa, tendo vindo a aumentar progressivamente, passou de menos 0,501% a 31 de dezembro de 2021, para 1,872% em 31 de dezembro de 2022.

Assim, a 31 de dezembro 2022, a margem disponível de endividamento do Município cifra-se em 15.032 milhões de euros. A meta fixada para a redução do endividamento obrigava-nos, em 2022, a reduzir os pagamentos em atraso em 358 mil euros, sendo que a 31 de dezembro de 2022 existiam pagamentos em atraso no valor de 2.189.944 de euros. Ora, fruto do esforço da Autarquia, do seu Executivo, conseguimos no ano passado assegurar uma redução de 1.232.641 de euros, superando largamente a meta fixada e concretizando uma redução que excedeu em 36% à realizada em 2021.

No ano de 2022, as receitas correntes cobradas foram em montante superior às despesas correntes pagas acrescidas da amortização média dos empréstimos, cumprindo assim com a regra do equilíbrio orçamental e neste sentido o Município obteve um excedente de 16,654.020 euros.

Em conclusão, num contexto de dificuldade, de inflação, do aumento dos juros, da assunção de novas competências e de muitos custos, o Município de Setúbal conseguiu investir, conseguiu continuar a crescer e conseguiu reforçar um percurso de rigor financeiro que queremos ver consolidado no exercício presente e em exercícios futuros. Acima de tudo, conseguimos fazê-lo sem perder de vista o controlo financeiro da Autarquia, sem hipotecar o futuro, abrindo portas a novos investimentos e a novos desafios. Assegurando a implementação de uma política de recursos humanos que valorize os nossos trabalhadores e que crie oportunidades reais de integração daqueles, que fruto de decisões passadas, se mantêm em situações que consideramos inadequadas.

Em 2019, as nossas Freguesias recebiam da Câmara Municipal 4,5 milhões de euros, em 2022 este valor cifrou-se em 7,6 milhões.

Em 2022, concretizamos a decisão da criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, devolvendo a Gestão Pública da Água aos setubalenses e azeitonenses, fizemo-lo com um grande esforço, também, financeiro e com múltiplas resistências. Os Serviços Municipalizados de Setúbal prestam hoje o seu serviço e preparam-se para uma nova fase mais estável da sua vida.

Simultaneamente as necessidades de investimento com que nos deparamos são enormes em múltiplas áreas, somos um território em crescente dinâmica, vibrante e exigente, mais empresas e mais habitantes significa necessariamente melhores infraestruturas, melhores escolas, melhores serviços de saúde, mais cultura, mais desporto e contrabalançar as necessidades de investimento e da receita com o desejo natural de redução da carga fiscal, sem cair em medidas demagógicas que hipotecam o futuro de todos os setubalenses e azeitonenses em particular daqueles que mais precisam que é o fundamental. É este o grande desafio que aqui fica e por isso, também, consideramos, Sr. Presidente e senhores deputados, que estão criadas as condições para aprovar as contas do ano de 2022.

**Mário Aranha (PS)** – Da análise do Partido Socialista à Prestação de Contas e ao Relatório de Gestão do ano de 2022, apenas confirma numericamente tudo aquilo que na nossa ação diária vamos apontando, que é corporizado no sentimento de profunda insatisfação que nos é manifestado pelos munícipes relativamente à atividade da Câmara.

Como dizem os setubalenses a única coisa onde se vê alguma atividade camarária e a mexer, são as instalações de parquímetros e as cobranças de impostos. São evidentes os sinais de completo esgotamento do modelo de gestão autárquica, que condena o nosso concelho a atingir rankings de atração da população ou da captação de turistas. Em 2022, foi batido mais um recorde de investimento privado em Portugal, em Setúbal onde ele anda?

Basta visitar alguns concelhos do nosso País para verificarmos a instalação de novas empresas em forte ritmo, é normal e natural. Nesses concelhos existe investimento em infraestruturas empresariais ou em vias de comunicação, a título de exemplo, veja-se a incubadora de empresas de Leiria, a IDNET, com várias dezenas de empresas instaladas, mais de mil empregos gerados e que vai expandir para praticamente o dobro do tamanho, aproveitando as verbas do PRR ou como, mais uma vez, na zona de



Leiria a Câmara em consórcio com as outras Câmaras da região vai ter acesso, via PRR, a um fundo de capital de desenvolvimento para reforçar o capital de empresas inovadoras.

Na CMS, pelo contrário, temos o vazio e a total inação na atração e fomento de novas empresas.

Com receitas na ordem dos 123,73 milhões de euros, apenas 17 milhões foram para o investimento, ou seja, apenas 13,74% das receitas foram investidas, o valor é tão baixo, que me vou abster de o adjetivar, por respeito a esta Assembleia, e deixo a classificação deste valor aos sacrificados contribuintes setubalenses.

O PS de Setúbal, sempre referiu que existe mais do que margem para baixar o IRS e o IMI e termos uma ação mais proativa relativamente à Derrama. De facto, em 2022, um ano marcado pela crise inflacionista, mesmo assim, foram cobrados mais 315 mil euros de IRS, o IMT aumentou cerca de 1,8 milhões de euros, mais 11% e a Derrama mais 3 milhões de euros, ou seja, duplicou face a 2021, o IMI manteve o valor de cobrança praticamente igual ao ano passado, cerca de 21,3 milhões de euros, ou seja, quase 60 mil euros por dia, e os setubalenses tiveram ainda a penalização extra de pagarem mais 660 mil euros, devido ao estacionamento tarifado.

A nossa Câmara gasta a impressionante soma de 89 milhões de euros em despesas de funcionamento e tem ao seu serviço 1.885 colaboradores, e em 2022, em exemplo de anos anteriores, são menos os reforços e o investimento financeiro na tentativa de otimizar esta verba, ou seja, fazer o mesmo gastando menos.

Os exemplos dessa má gestão de verbas municipais, evidencia-se no desperdício de quase 1,5 milhões de euros em juros de mora, em 1,14 milhões de euros em encargos de cobrança de receitas, ou em pleno Século XXI, onde o leque de soluções de comunicações tecnológicas para comunicar, são quase gratuitas, consegue gastar quase 47mil e 200 euros por mês em comunicação, ou seja, 566 mil e 200 euros por ano.

Em termos estruturais, apesar da subida de receitas regulares que já evidenciamos, houve ainda uma verba extraordinária de cerca de 12,4 milhões de euros relativos à execução da garantia bancária sobre as Águas do Sado.

Apesar destes meios financeiros, o passivo da CMS diminui apenas em 3 milhões de euros e cometeram-se erros crassos em termos financeiros, como por exemplo, o famoso empréstimo a 20 anos para pintar passadeiras, e nestas contas está ainda uma bomba-relógio que a CMS tentou disfarçar com o cândido nome de outras previsões, nem mais nem menos do que 14 milhões de euros que nós pensamos que deverá ser a dívida da Águas do Sado, pois esse valor sofreu um apagão nas demonstrações financeiras. Mais de uma dezena de anos com o PS a alertar sobre a inação para a recuperação destes valores e nada foi feito, agora que a Águas do Sado não tem receitas ou património é que os vamos recuperar.

Relembrar que uma previsão é um valor em que o credor já assumiu que uma parte, ou metade dessas verbas não vão ser recuperadas, mais de dez anos de total inação e aqui está o resultado, um potencial calote de 14 milhões de euros. Não entendemos como é que a nossa Câmara é tão eficaz na cobrança de impostos e a pôr parquímetros, mas é tão ineficaz a cobrar uma dívida a uma grande empresa.

Portanto, em 2022, mais uma vez tivemos Setúbal como um concelho adiado. Adiado na disponibilização e na construção de habitação social ou em habitação a custos controlados, vemos neste em particular que foram apenas gastos 2.600 euros relativamente ao excelente programa do IHRU o “Arrendar para Reabilitar”. Esperemos que em 2023 haja boas novidades nesta matéria, pois em vários concelhos já estão em execução ou próximos disso, vários projetos, neste âmbito.

Em resumo, enquanto os outros concelhos avançam, o nosso, infelizmente, está parado. Contra este simbolismo, na Prestação de Contas é possível fazer diferente e melhor, como demonstramos há margem para baixar impostos, existe toda uma melhoria de ações e de investimentos que podem melhorar o funcionamento da Câmara. Existem dezenas de bons exemplos noutras Câmaras do País e que podem e devem ser replicados na nossa Câmara.

Defendemos a utilização e a priorização dos excedentes financeiros para investimentos socialmente relevantes, para que consigamos ultrapassar uma fase crítica de sobrelotação de infraestruturas desportivas e das vias de comunicação.

Não podemos ter mais anos perdidos como o de 2022, no combate às alterações climáticas, é incompreensível que em 2022 um investimento municipal na nova habitação para a classe média e jovens por meios próprios, e em parceria com o Estado ou com o Privado, seja próximo de zero. Discordamos frontalmente com as políticas concretizadas numericamente na Prestação de Contas, defendemos uma política alternativa e por isso só podemos votar contra.

**Eduardo Pinto (PSD)** – Começo por dizer que todas as explicações do Sr. Presidente foram muito interessantes e que estamos aqui a discutir prestações de contas, objetivamente em relação àquilo que foi proposto em Orçamento e à sua execução.

Sem dúvida que as demonstrações estão de acordo com o que está aqui expresso nos números, agora, voltando ao ano de 2021, como foi referido, tenho aqui que demonstrar a minha preocupação quando se diz que a Prestação de Contas do ano de 2021 não foram objeto de Certificação Legal de Contas, quer queiram, quer não, as contas estão cá, simplesmente para apreciarmos, temos de ter sempre o aval do Revisor Oficial de Contas e é notável aqui, porque quem ler consegue perceber que não houve Certificação Legal de Contas.

Entretanto, com a nomeação do novo Revisor em 11 de novembro de 2022, as demonstrações financeiras em relação a 2021, não foram ainda objeto de certificação legal de contas, portanto, o próprio Revisor diz que, não encontraram condições de validar os saldos de abertura de 1 de janeiro de 2022, situação que se consubstancia numa limitação ao âmbito do nosso trabalho, ou seja, o que está aqui em causa não são números e o sítio onde estão os números, mas sim a informação que está contida nesses números.

Acompanharíamos tudo o que nos disse aqui, com a sua intervenção, se não houvesse reservas a estas contas e efetivamente há reservas. Há reservas nos ativos fixos tangíveis, onde diz que a entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários, de acordo com o previsto no manual de implementação, o que também não foi possível averiguar para avaliar.

Nas variações do património no decurso do trabalho, o Revisor diz que, também, não foi possível concluir sobre o reconhecimento do rendimento referente à importação do subsídio, uma vez que não tiveram detalhe dos ativos associados aos respetivos subsídios. No saldo de clientes e fornecedores, que também já se falou na sequência da Auditoria, diz o Revisor que apuraram divergências entre o modo de terceiros, a contabilidade financeira e a contabilidade orçamental, para o qual não foi possível obter a respetiva reconciliação, esta situação traduz numa limitação ao âmbito e à profundidade do nosso exame, não nos foi possível avaliar possíveis impactos e, de facto, se existem demonstrações financeiras da entidade. O que está aqui em questão, é que ninguém está aqui a pôr em causa números, mas estamos a pôr em causa conteúdo de números.

Já agora, Sr. Presidente, há pouco abordou aqui o acionamento da garantia bancária de 12,4 milhões prestada pelas Águas do Sado, está em condições de nos explicar as razões desse acionamento?

Lamentamos que a taxa de execução da receita foi de 71,95%, inferior ao limite dos 85% previstos na Lei, ou seja, podiam pelo menos ter executado a receita em 85%, o que quer dizer que ao não executarem é porque não houve o investimento, por mais que se fale nele, há ausência do investimento, porque não há execução da receita, também temos a referir o aumento da carga fiscal que é superior a 2021 e a dívida a fornecedores ainda se mantêm em números muito elevados.

O Revisor Oficial de Contas não conseguiu obter reconciliação, se calhar, isso é uma razão que o Sr. Presidente poderá explicar, quanto ao resto, o que tenho a dizer é que isto é a Prestação de Contas da CDU, com base no Orçamento da CDU e quanto a isso a CDU fez, e muito bem, esta exposição toda acerca das contas, mas o PSD não sai satisfeito com essas explicações e aguardo, então, que me esclareça sobre as questões que coloquei.

**Vítor Rosa (BE)** – Sobre esta matéria, em primeiro lugar, uma nota para a reincidência de opinião sobre as reservas por parte do Revisor Oficial de Contas, a exemplo do que já tinha acontecido em 2021.

Na apresentação das receitas, os impostos diretos tiveram um crescimento de mais de 2 milhões, tendo passado de uma receita de 41,8 milhões em 2020, para 45,8 milhões em 2021 e agora relativamente a 2022, o valor de 48,6 milhões de euros.

Segundo a apresentação de contas, a receita total de 2022 fez o montante total de 123 milhões, comparativamente a 2021 que teve um montante de 102 milhões, ou seja, mais 21,7 milhões de receita. Ao longo do ano de 2022, ouvimos este Executivo lamentar-se das dificuldades para poder contribuir com mais apoios sociais nas medidas de mitigação aprovadas nesta Assembleia, ouvimos este Executivo lamentar-se de dificuldades para não se gastar mais para manter as contas certas, afinal, era possível mais e melhores apoios às famílias e às empresas, conforme propostas que apresentámos a esta Assembleia, afinal era possível ir mais longe na redução do IMI.

Sendo positiva a taxa de execução de receita, ela tem de ser contemplada de forma efetiva na despesa e vemos uma taxa de execução da despesa com valores acima de tudo, correspondentes a uma variação positiva de 29%, mas assente nas rubricas de despesa com pessoal mais de 8 milhões de euros comparando a 2021, isto é fruto do acolhimento de 502 novos funcionários e de igual valor na aquisição de serviços. Registamos como positivo o acréscimo de 18%, no esforço de pagamentos a terceiros que, mesmo assim, expresse que pode e deve ser aumentado. Registamos como positivo a redução da dívida, não podemos, no entanto, deixar passar em claro a baixa taxa de execução das Grandes Opções do Plano de apenas 57%, o mesmo da execução das dotações inscritas no Plano Plurianual de Investimentos de 33 milhões, dos quais, mesmo assumindo compromissos de 28,5 milhões, apenas foram pagos 17,5 milhões de euros.

Mesmo com as despesas indicadas ao nível de projetos de reabilitação na habitação, por exemplo no Bairro das Manteigadas, na área da saúde, o Centro de Saúde de Azeitão, rede viária com a requalificação de várias ruas e arruamentos, tendo de ter em conta que algumas delas têm uma parte de apoios, o que nos leva à opinião que mais poderia ser feito na melhoria das condições da gestão territorial do Município. Face ao exposto e porque algumas das obras ainda estão em desenvolvimento e outras esperam pelo seu arranque, o nosso voto é de abstenção em relação à Prestação de Contas do ano de 2022.

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal não poderá votar favoravelmente as Contas e o Relatório de Gestão por considerar relevante as reservas do Revisor Oficial de Contas, que passo a indicar.

O Revisor Oficial de Contas indica que, não está em condições de validar os saldos de abertura a 1 de janeiro, porque as contas de 2021 ainda não estão certificadas, indica, ainda, que foram encontradas divergências entre o módulo de terceiros, a contabilidade financeira e a contabilidade orçamental, não tendo sido possível obter a respetiva reconciliação, traduzindo-se numa limitação à sua avaliação.

Refere que a taxa de execução da receita foi de 71,95%, inferior ao limite de 85%, referido no artigo 56.º, da Lei 73/2013.

Constata que existem pagamentos em atraso no montante de 2,2 milhões de euros a 31 de dezembro, tal como o Sr. Presidente já referiu.

Por último, o ROC indica que o Relatório de Gestão não inclui a totalidade das divulgações previstas na Norma de Contabilidade Pública, n.º 27 da Contabilidade de Gestão, mas que a Câmara Municipal de Setúbal divulgou as razões para esta insuficiência. Senhor Presidente, gostávamos de conhecer essas razões.

Tendo em conta que estas notas deixadas pelo ROC, e digo que sabendo que não é uma obrigatoriedade, mas seria um sinal de transparência por parte deste Executivo, a Iniciativa Liberal considera relevante que o ROC pudesse estar presente a acompanhar o Executivo nas reuniões da Comissão de Economia, Administração e Finanças, onde são apreciados as Contas e o Relatório de Gestão, para um esclarecimento mais efetivo da Assembleia Municipal.

**Afonso Luz (CDU)** – Antes de começar propriamente na análise que a CDU efetuou sobre estas contas, quero deixar aqui algumas notas sobre o que já foi dito até agora.

Relativamente à intervenção que foi feita por parte do Partido Socialista, aconselhava a que consultassem o seu próprio Governo do PS, sobre a captação de investimentos privados em Setúbal, porque já foram anunciados pelo próprio Ministério da Economia, pelo Ministério das Infraestruturas, a quantidade de investimento que vai ser aqui realizado por privados em energias verdes.



Gostava, também, de saber se os exemplos que foram apresentados relativamente a Leiria, se esses investimentos irão ter impacto no desenvolvimento desses territórios, idêntico àquele que estes investimentos aqui irão ter, em termos de efeitos.

Há aqui alguma confusão sobre a questão da Certificação Legal de Contas, especialmente por parte do PSD e da Iniciativa Liberal, que é levantada pelo Revisor, por não existir a Certificação Legal de Contas de 2021. Não existe, nem vai existir enquanto essas contas não forem aprovadas pelo Executivo, porque a sequência é, as contas são aprovadas pelo Executivo, são enviadas para o ROC para certificação legal e quando vêm ao Órgão Deliberativo é que vem então a certificação legal. O que acontece, e nós sabemos disso, é que é normal, porque o trabalho vai sendo desenvolvido logo aí, desde fevereiro, ou coisa assim. Todos os revisores começam a fazer o seu trabalho, é normal que, como apoio à decisão do Órgão Executivo apareça uma versão DRAFT, que não está assinada, naturalmente, muitas vezes nem está datada, porque só virá a ser tornada definitiva, após a aprovação pelo Executivo, portanto, quando esse DRAFT existe, o Executivo tem conhecimento dele e permite tirar algumas conclusões sobre as contas. Portanto, as contas de 2021, enquanto não forem aprovadas pela Câmara nunca conseguirão ter a certificação legal.

Também aqui uma referência, porque foi levantada sobre a certificação legal e foi aqui referido pela Iniciativa Liberal, a questão da contabilidade de gestão. O atual Sistema de Normalização Contabilística obriga a que a Câmara Municipal tenha três tipos de contabilidade, contabilidade orçamental, contabilidade financeira e a contabilidade de gestão. No caso da contabilidade de gestão, foi dado três anos para ser implementada, segundo esta norma três anos que terminaram agora, portanto, continua a existir contabilidade de gestão como existia ainda no tempo do POCAL, do anterior sistema contabilístico, mas não está ainda segundo as novas normas. Tanto quanto sei, ainda não será neste ano de 2023 que será implementado, porque qualquer das software houses, que trabalham com Câmaras e até as que trabalham com as Juntas de Freguesia não tem a informatização desta norma ainda completa, nem se prevê que venham a ter até ao final do ano.

Propriamente sobre a análise que fizemos e que, em muitos pontos, reafirma o que já foi aqui apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, quero dizer, em primeiro lugar, que estamos aqui a apreciar contas de um ano totalmente atípico, porque, pela primeira vez, apresenta os efeitos da atribuição de novas responsabilidades ao Município, transferidas do Governo, sem uma apropriada transferência de meios e os efeitos do início da atividade dos Serviços Municipalizados para a gestão pública da água em baixa e dos resíduos, conseqüentemente tudo isto tem levado a um aumento de admissões na Autarquia, que só neste ano foi de 657 trabalhadores.

Foi, também, um ano atípico por ser um ano marcado por uma escalada inflacionista, com o aumento generalizado dos custos de bens, serviços e juros.

Assinalar que o Revisor Oficial de Contas da Câmara emitiu a sua Certificação Legal, colocando algumas reservas idênticas às que têm sido colocadas em anos anteriores e que, basicamente, referem a impossibilidade de confirmar a mensuração de certos ativos, mas garantindo, mais uma vez, que em tudo o resto, as demonstrações financeiras refletem a realidade e se encontram formal e legalmente corretas, não tendo identificado incorreções materiais.

Quanto à execução orçamental regista-se que, apesar das condições adversas e que se mantêm os constrangimentos impostos pelas regras de elaboração dos orçamentos anuais, se alcançou uma taxa de 73% na receita e de 70% na despesa. Chamo aqui a atenção para os 70% da despesa, porque não sendo, obviamente, o desejado, é muito semelhante àquela que foi alcançada em 2019, de também 70%, e que na altura constituiu um máximo de mais de 30 anos nesta Câmara, porque durante mais de 30 anos nunca se conseguiu alcançar os 70% de execução da despesa.

Entendemos, também, salientar o passivo exigível da Câmara Municipal, se retirarmos as questões de provisões e outras coisas que não correspondem a passivos propriamente exigíveis, comparativamente ao exercício de 2021, reduziu cerca de 17 milhões de euros num só ano, sendo 5 milhões referentes à redução de empréstimos bancários e quase 12 milhões referentes à redução de dívida a fornecedores e outras contas a pagar, isto obviamente, não significando que a situação financeira da Câmara não continue a ser difícil, no entanto tem estado a ser feito um enorme esforço no sentido da sua recuperação.

E é por isso que, também registamos como muito positiva a redução dos pagamentos em atraso em 1,2 milhões de euros face a 2021, este valor corresponde a uma redução de 36% relativamente ao ano anterior, excedendo em muito a redução a que a Autarquia está obrigada por Lei, que é de 10%. Aliás, os pagamentos em atraso têm vindo a registar progressivamente uma redução muito significativa ao longo dos últimos anos. Entre 2019 e 2022, a Câmara conseguiu reduzir o valor destes atrasos em 50%, é evidente que o desejável é a inexistência de pagamentos em atraso, que os pagamentos em atraso, cheguem ao zero, mas para quem teve como ponto de partida uma Câmara falida, o caminho tem vindo a ser feito com uma grande consistência e este caminho só poderá ser feito se existir responsabilidade por parte dos Autarcas da oposição e não sejam aprovadas reduções de receitas da Câmara que inviabilizem este objetivo ou até o façam regredir.

Só a descida de IMI da taxa de 0,44 para 0,40 em 2022, sem que tenha tido significado relevante no bolso dos proprietários de imóveis de Setúbal, causou ao Município uma redução da receita de 2 milhões de euros. Se é verdade que, em termos de receita fiscal, outros impostos vieram colmatar esta perda, a verdade é que esta verba poderia ter sido utilizada para uma mais rápida recuperação da situação financeira ou para ser aplicada em investimentos que poderiam assim avançar mais rapidamente.

É também importante não esquecer aquilo que se tem conseguido em termos de recuperação financeira e que não tem sido à custa de parar o investimento, apesar dos constrangimentos financeiros, os investimentos na transformação do concelho de Setúbal, que é considerado um dos mais atrativos do país, nunca parou, assim como nunca pararam os apoios sociais, os apoios ao movimento associativo e a melhoria contínua dos serviços prestados pela Autarquia.

Verificamos, também, que os resultados económicos de 2022, foram negativos em 7,9 milhões de euros, o que neste caso é perfeitamente justificado pelo valor registado em depreciações de ativo fixo, que é uma operação meramente contabilística e que depende de tabelas legais que totaliza 14,1 milhões de euros, assim o resultado apurado antes destas depreciações é positivo em 6,2 milhões de euros.

De salientar, também, que neste período a capacidade de endividamento da Autarquia manteve-se a níveis muito confortáveis, constata-se igualmente que a Câmara manteve em 2022 um constante e importante investimento no cumprimento dos eixos estratégicos que definiu para o mandato, a descentralização, gestão de proximidade e participação, a gestão pública da água e de saneamento, a habitação, o ambiente, o bem-estar animal, a educação, a saúde, o desporto e a cultura, investimentos que sempre que possível são alvo de candidaturas a apoios financeiros, no âmbito de diversos programas de apoios, enquanto prática de uma boa gestão, mas alguns deles também continuando a utilizar verbas do Município e dos municípios setubalenses para realizar obras que competiam ao Governo, mas para as quais durante anos e anos nunca houve disponibilidade.

Tudo isto foi realizado, contando sempre com a colaboração inexcelável dos trabalhadores da Autarquia, com a participação das Juntas de Freguesia e com o apoio da população do concelho.

Os eleitos da CDU verificam que, os documentos apresentados relativamente ao ano de 2022, demonstram que a Câmara Municipal continua no caminho certo e que é necessário dar continuidade ao que já se realizou, evitando que tudo isto tenha sido em vão e se entre num caminho de retrocesso. Iremos, portanto, votar favoravelmente estes documentos de Prestação de Contas de 2022.

**Alexandre Teles (PSD)** – Da análise do gráfico de receitas, podemos referir que nas receitas correntes existiu um movimento crescente das previsões, corrigidas no quadriénio nele apresentado, não tendo sido a receita cobrada acompanhada pelo movimento na mesma proporção, apenas 87%, frisando que na receita de capital apenas foi executado 29% do previsto.

A receita arrecadada nos impostos indiretos em 2022, totalizou 48,6 milhões, esta tipologia de receita apresenta 45% do total das receitas correntes do Município, verificando-se os 6 % face a 2021, explicado pelo aumento registado na Derrama e no IMT e tendo em consideração que o IMI continua a ter uma grande preponderância, representando 44% do valor obtido.

Relativamente às taxas, multas e outras penalidades que incluem receitas obtidas pela infração da Lei, posturas ou regulamentos, tiveram um desempenho positivo de 18% em relação a 2021, traduzindo-se na

arrecadação de mais de 845 mil euros e deixo aqui esta consideração, em período de crise para os cidadãos e as empresas, a Câmara Municipal aumentou a carga fiscal e as penalidades.

Durante o ano de 2022, foi aberta uma consulta para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo a 20 anos no montante de 6 milhões e 982 mil euros para investimentos no ano de 2023, muitos deles discutíveis, sendo firmado durante o ano 2023 o respetivo contrato.

Deixo aqui, também, uma questão, a Autarquia reduziu a necessidade de empréstimos, porque aumentou a receita fiscal? As despesas correntes são o agregado com o maior peso na estrutura, representando 76% da despesa total, nela se incluem todas as despesas decorrentes do normal funcionamento do Município, enquanto as despesas de capital se situam nos 24%.

No exercício do ano de 2022, a despesa paga ascende ao montante de 117 milhões, repartidos em despesas correntes no valor de 89 milhões e despesas de capital no valor de 28,7 milhões, consubstanciado numa despesa global de uma taxa de execução de 70%, a despesa corrente foi assertada em 74%, e de capital 59%, aparentemente não houve nenhum investimento relevante tendo sido executados apenas próximo de 28 milhões de euros. Será que o concelho não está a merecer uns investimentos relevantes e dinamizadores? A 31 de dezembro de 2022 existia uns pagamentos em atraso a fornecedores no valor de 2 milhões e 189 mil euros, e que aproximadamente corresponde a uma redução de 1,200,000 milhões de euros, aproximadamente cerca de 36% relativamente ao ano anterior. A autarquia conseguiu superar a meta dos 10%, mas deixam pouco em consideração, será que também houve uma redução nos 40 dias de atraso nos pagamentos aos que já estavam com os 90 dias de atraso face ao acordado?

A título informativo e como uma curiosidade que já tinha levantado na Comissão, na página 96, lê-se o "*Município do Seixal*", onde se deveria ler "*Município de Setúbal*".

**Afonso Luz (CDU)** – Sobre esta última intervenção, deixar aqui um esclarecimento, de facto, houve uma maior cobrança de receita fiscal, mas tem que se ter cuidado quando se diz que é sobre os setubalenses e que foram os setubalenses que a pagaram. O que temos aqui é uma redução do IMI de 2 milhões, os setubalenses pagaram menos 2 milhões de IMI, depois de IMT, mas isto é relativo a transações de imóveis, não sabemos se são setubalenses, houve um aumento de receita de 1,8 milhões, mas certamente muito disto não tem a ver com os setubalenses.

O imposto único sobre os automóveis, foi praticamente igual, há aqui uma diferença de 128 mil euros e depois o grande aumento da receita fiscal é na Derrama, que aí foram mais de 3 milhões. A Derrama é sobre aquilo que as empresas pagam sobre os lucros e, portanto, também não é propriamente dos setubalenses que vem esta verba, basicamente os setubalenses até pagaram menos.

**Presidente da Câmara** – O senhor deputado Eduardo Pinto colocou aqui algumas questões, acho que o senhor deputado Afonso Luz já respondeu, mas gostava de vincar que os Partidos votaram contra a Prestação de Contas, relativamente ao ano de 2021, naturalmente que o Tribunal de Contas irá tomar iniciativa, como já tomou em tempos passados, relativamente a esta questão. Mas os Partidos votam contra ou votam a favor, cada um naturalmente assume as suas responsabilidades neste processo, agora, o Revisor Oficial de Contas esclarece bem que não está em condições de verificar a passagem das contas de um ano para o outro, porque elas não estão certificadas. Portanto, a questão é essa, é preciso que todos percebam bem que não tem a ver com o funcionamento da Câmara Municipal, tem a ver com uma questão formal e fundamental, que não está cumprida, mas que não tem a ver com o funcionamento da Câmara Municipal. Gostava que isso ficasse bem esclarecido.

**Presidente da Mesa** – Vou fazer aqui uma observação, em relação à gralha registada pelo senhor deputado Alexandre Teles, de facto na página 96, refere Município do Seixal, onde a área do Município é Setúbal, em vez do Seixal. A Assembleia não pode alterar o teor da proposta que vem da Câmara, nesta matéria de Orçamento e de Prestação de contas, mas acho que se deve considerar, que é uma gralha corrigível e que na redação final do documento será corrigida essa gralha, que é um erro material.

**Mário Aranha (PS)** – Só para complementar a intervenção do senhor deputado Afonso Luz, que se esqueceu de referir que o IRS Municipal é pago pelos cidadãos de Setúbal. Também de referir que as verbas que são transferidas pelo Estado Central, como o Fundo de Equilíbrio Financeiro, também tem a ver com a cobrança de IRS e de IVA feito no nosso concelho, pago pelos setubalenses e por alguns turistas. Obviamente que ainda a participação no IVA Municipal, que acredito que é uma percentagem muito elevada, seja pago também pelos setubalenses. É só mesmo para complementar, também não podemos esquecer que os setubalenses pagaram 660 mil euros em estacionamento.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CHEGA.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e 10 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**Presidente da Mesa** – Para prevenir alguma atrapalhão, se as horas se prolongarem e como é um documento que também tem de ser aprovado hoje, sugeria que a Assembleia aceitasse a alteração da Ordem de Trabalhos, para passar o último ponto, que se trata da Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para o ponto a seguir. Eu creio que vai tudo a seguir, não vale a pena alterar. Comprometem-se a conseguir fazer o debate célere, rápido e até ao fim, ora bem, então vamos avançar.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhor Presidente podemos fazer uma declaração de voto?

**Presidente da Mesa** – Sugiro, não estou aqui a ditar regra nenhuma, porque aqui não há ditaduras, se forem declarações completas, como foram as intervenções anteriores, com a certeza que o conteúdo não será diferente do que já argumentaram, se lhe for possível entregar a declaração ou em suporte de texto em ficheiro para transcrever para a ata, a Assembleia agradecia, porque evitávamos algum tempo mais. Os argumentos foram expostos, se a declaração de voto voltar a repetir os vossos argumentos, talvez se entregar a declaração de voto para ser transcrita em ata, poupávamos alguns minutos.

**Paula Soeiro (PSD)** – Assim faremos, entregaremos por escrito aos serviços da Assembleia (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39).

**Presidente de Mesa** – Agradeço-lhe bastante, facilita a tarefa. Há mais declarações de voto? O PS não tem declaração de voto? Vai fazer chegar? Então tem de declarar.

**Paulo Lopes (PS)** – Vamos enviar a declaração de voto por escrito aos serviços da Assembleia (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40).

**5. Deliberação n.º 018/2023/AM – Delib. CM n.º 637/2023 – 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3ª ao Orçamento da Despesa, 3ª ao Plano de Atividades Municipal e 3ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PSD e um do CHEGA.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 18 abstenções, 9 do PS, 5 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**6. Deliberação n.º 019/2023/AM – Delib. CM n.º 638/2023 – Abertura de Procedimento Concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CHEGA.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

**7. Deliberação n.º 020/2023/AM – Delib. CM n.º 6455/2023 – Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Caráter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica e/ou Emergência Social de Setúbal**

**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD e da IL e as abstenções do CH, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Joana Tomé (CDU)** – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do BE e da IL e as abstenções do CH e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**Paula Soeiro (PSD)** – O Regulamento é baseado, de grosso modo, no Regulamento do Instituto de Segurança Social, e tal como esse, também, deveria ter merecido uma maior definição e transparência no que respeita à atribuição de apoios pecuniários de caráter eventual.

Tomando, como exemplo, alguns Regulamentos Municipais já aprovados e que se define, nomeadamente, e passo a citar, *“que esse apoio visa contribuir para a aquisição de bens de primeira necessidade, de vestuário, de mobiliário, eletrodomésticos ou outro tipo de equipamento doméstico essencial, que contribua para o bem-estar e qualidade de vida do indivíduo isolado, ou do agregado familiar”,* ou ainda, *“para pagamento de despesas inadiáveis como, por exemplo, água, eletricidade, gás, renda de casa e outras que ponham em causa a subsistência, a segurança, o conforto habitacional e o bem-estar físico e emocional das pessoas e famílias”,* ou ainda, *“despesas relativas a transportes, para deslocações a serviços de saúde ou de reabilitação, que não são contemplados nos transportes previstos pelo Serviço Nacional de Saúde, a aquisição de medicação em situação crónica ou aguda, em situação devidamente documentada, cujo valor não seja compartilhado pelo Estado e que tenha impacto negativo, no orçamento mensal do requerente”,* também, *“as despesas com a realização de meios complementares de diagnóstico tratamentos, ou outras despesas de saúde devidamente justificadas pelo médico e que também não sejam contempladas pelo Serviço Nacional de Saúde”.*

Sobre este Regulamento, atendendo que a dimensão e a composição das equipas técnicas possa ter resultado dos recursos humanos disponíveis no Município, sem acréscimo de novas contratações, vemos com alguma reserva o cumprimento dos prazos e procedimentos que resultam de cada processo. Considerando que terão de articular os critérios de elegibilidade dos requerentes com critérios de



priorização, recordemos que estamos perante a possibilidade de apoios pecuniários de carácter eventual até um máximo de cinco IAS, ou seja, pouco mais de 2.400 euros anuais a cidadãos com um rendimento per capita igual ou inferior ao valor da pensão social de velhice, cerca de 224 euros, com algum complemento, ou seja, estamos a referir-nos a apoios pecuniários de carácter eventual a cidadãos que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Mas, encontrando-se já passado o período regulamentar para a inclusão de propostas para o presente Regulamento, queira o Executivo tomar esta intervenção como um contributo para melhoria futura.

**Vítor Rosa (BE)** – Estive presente numa Comissão, em que não estava ninguém do Executivo para dar alguns esclarecimentos, daí que retomo alguma das dúvidas que tinha relativamente a este Regulamento, não sei se é um lapso, mas na página 4, no artigo 5.º, nas definições na alínea b), diz o seguinte: “*Carência económica: agregado familiar ou pessoa que, por razões estruturais ou estruturais, apresentem um Rendimento Per Capita...*”, repete duas vezes estruturais, isto é apenas um lapso?

Depois tenho ainda aqui outra questão, na página 11, no “Pedido Inicial”, no artigo 11.º, no ponto 3, “*Em sede do atendimento técnico realizado e do acompanhamento social, nos termos do artigo anterior, poderá ser solicitado outra documentação que se revele necessária à apreciação da situação da pessoa ou do seu agregado familiar...*”, pergunto que outra documentação? Porque em outros artigos já é definido qual é a documentação que tem de ser apresentada e neste artigo 11.º, poderá ser solicitada outra documentação? Como já tivemos aqui problemas com bases de dados por causa da proteção de dados, quando é colocado aqui outra documentação se não deveria haver algum detalhe sobre este tipo de documentação que é solicitada.

Sei que algumas outras questões foram clarificadas e deixo a última, que é no artigo 18.º, no “Pagamento”, ponto 1, alínea c), fala-se em pagamento direto ao fornecedor ou prestador do bem ou serviço, embora carecendo de fundamentação técnica. Pagamento direto, estamos a falar de pagamentos com dinheiro vivo?

**Presidente da Mesa** – Direto é, não será através de intermediários, é diretamente à pessoa, ao prestador.

**Vítor Rosa (BE)** – É que está contemplado a transferência bancária, está contemplado o vale postal, porque é que aqui aparece transferência por pagamento direto?

**Presidente da Mesa** – O direto não é o modo de pagamento é o destinatário do pagamento.

**Isabel Conde (PSD)** – Espera-se que a Câmara Municipal desempenhe as suas funções da melhor forma possível e que abrace calorosamente o social e todas as competências que foram transferidas neste âmbito. Assim, deixa-se aqui o desejo da prossecução dos tão necessários princípios da igualdade e da equidade nas futuras atribuições de prestações eventuais.

**Vanessa Silva (CDU)** – Só uma breve apreciação, tivemos uma reunião da Comissão em que esteve presente a Chefe de Divisão dos Direitos Sociais, que nos prestou alguns esclarecimentos técnicos, nomeadamente alguns que já aqui foram colocados e que penso que, em boa hora, o Executivo Municipal nos disponibilizou a sua presença, no sentido de, também, conhecer melhor alguns aspetos que aqui estão colocados.

Naturalmente que vamos votar a favor desta proposta de “Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Carácter Eventual em Situações de Comprovada Carência Económica ou Emergência Social”, pese embora os aspetos da discussão da situação social fiquem absolutamente fora deste tipo de Regulamento. A verdade é que não são estes apoios que vão colmatar a falta de igualdade social, nem a pobreza, nem erradicar a miséria e nem a pobreza do nosso concelho, nem do nosso País. Estes apoios destinam-se, de facto, a pessoas que são extremamente pobres, não a outras pessoas, são a essas que se destinam e em situações pontuais e inesperadas de emergência e não outra coisa qualquer.



De facto, somente o aumento dos salários é que nos garante que as pessoas possam viver com dignidade, porque muitas destas pessoas que vão usufruir destas prestações de caráter eventual, são pessoas que trabalham e cujo salário não lhes permite viver condignamente e acho que isso é que nos deve preocupar e não é esta discussão centrada neste Regulamento. O que nos parece é que é um Regulamento absolutamente adequado, numa fase inicial em que o Município está a assumir um processo de transferência de competências, com o conhecimento de um parceiro que é a Segurança Social, que é uma Entidade da Administração Central, com trabalho realizado neste sentido. Naturalmente que este Regulamento merece a atenção de todos e primeiramente ao Executivo Municipal, no sentido de corrigir aspetos que aqui venham a ser colocados.

A nossa deputada do PSD, que também está na Comissão, referenciou um aspeto técnico e até jurídico, que é a tipificação dos apoios que podem ser dados, a tipificação do tipo de coisas que se podem pagar com este apoio pecuniário e essa tipificação pode ser uma boa técnica no sentido da transparência, mas também pode ser um impedimento a colmatar situações que são, de facto, inesperadas e muito específicas, assim como documentação extra que se peça, às vezes, para atestar que afinal as pessoas têm mais despesas do que aquelas que são consideradas na documentação que à priori é verificada, isso nada tem que ver com o RGPD, porque as regras gerais do RGPD têm de se aplicar sempre.

Estamos a falar de algo que é muito sensível, estamos a falar de situações de emergência, há coisas que não conseguimos imaginar, não conseguimos imaginar que num prédio normal de habitação de repente a casa de cima faz ruir todo o prédio por aí abaixo, porque alguém há 20 anos atrás tirou uma parede mestra e não a identificou a ninguém, ou que um assalto a um Multibanco num prédio faça rebentar um prédio inteiro e que as famílias que lá vivem fiquem na rua.

Estas prestações de caráter eventual e de emergência também não são todas as formas de apoio, existem muitas outras formas de apoio, muitas que têm de ser acionadas e que continuarão a ser, certamente, acionadas em articulação com a Segurança Social, porque há aqui balizas de competências que importa também continuar a demarcar.

**Marco Costa (PS)** – Senhora deputada Vanessa Silva, é sempre um prazer debater consigo estas questões, além do seu nível de conhecimento, imprime uma emoção mesmo de quem vive estes sistemas e de quem se interessa mesmo de forma genuína.

Hoje não vou cantar, mas se me permite aqui alguma forma de humor sarcástico, prometo que vou para casa pensar num refrão para os vossos argumentos contra a descentralização de competências.

Tendo dito isto em tom de brincadeira, estamos a falar de um assunto muito sério e cada vez mais urgente, estamos a falar de um tema basilar de transição e de exigência, que a nossa própria Constituição impõe, que é a descentralização de competências, e estamos a falar de um tema cada vez mais urgente, nas dificuldades económicas e financeiras, nas carências sociais que cada vez mais e mais famílias, infelizmente, atravessam.

O desígnio da descentralização de competências teve grandes avanços e grandes recuos ao longo do tempo, e é guiado por princípios que, na realidade são princípios muito nobres, como da subsidiariedade, como do reforço da autonomia do Poder Local, como o reforço da assistência de mais e melhores recursos, como uma forma de melhorar a eficiência e também a modernização destas respostas e com a universalidade que é de transferir todas as competências para todas as Autarquias.

Na realidade, o objetivo é cumprir um grande desígnio, que é aumentar a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos e de serviços públicos, contribuindo para o combate de assimetrias territoriais, garantindo a convergência das várias regiões, uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, um maior e mais sustentável crescimento e desenvolvimento da economia.

Tive a oportunidade de ler uma tese de mestrado há pouco tempo, que achei muito interessante, em que o autor tenta encontrar evidência empírica para o grau de aceitação por parte dos Municípios Portugueses desta descentralização de competências. E analisando a tentativa de encontrar este tipo de evidência faz uma análise binária a nível das variáveis económicas e compara a aceitação que os Municípios de Portugal tiveram em função das diferentes NUTS, por cada competência a descentralizar pela densidade

populacional, o nível de endividamento da Autarquia e por último, também, pela natureza política dos Executivos. É muito interessante e às vezes até o próprio autor não consegue esconder a emoção, que tendo em conta o partido político ou o movimento que no período da análise, e estamos a reportar-nos a 2020, que esteja a liderar o Executivo Camarário, a delegação das transferências de competências é completamente diferente.

Dos 23 Municípios liderados pela CDU, 22 recusaram ou não aceitaram a descentralização de todas as competências à data de 2020, como é hoje.

É lógico que para nós, enquanto Partido Socialista, não podemos fazer qualquer tipo de julgamento, à vossa ideologia ou à vossa estratégia política, são livres para ser contra e para recusar este desígnio da descentralização, mas no nosso entendimento este desígnio é fundamental para o desenvolvimento do País e têm agora uma oportunidade de ouro, que nunca devíamos desperdiçar.

Não queremos acreditar que serão contra estes processos só por fundamentalismo e que o fazem só exclusivamente, e muito bem, para marcar uma posição e exigir o financiamento justo àquele que é razoável, para poderem honrar os compromissos que são muito exigentes.

Mas à semelhança do que os Vereadores já tiveram oportunidade de dizer, nós dizemo-lo hoje também aqui na Assembleia Municipal, o grande risco desta vossa postura é atrasarmos este processo, é desperdiçarmos tempo, é desperdiçarmos uma oportunidade de liderar e de sermos o exemplo para o resto do País, é desperdiçarmos o talento e o *expertise* de grandes profissionais que temos nesta Autarquia, e quase como uma figura de estilo, quase como deixar um garrafão cheio de água à espera que a água evapore para depois quando a água evaporar, aí sim, arregaçamos as mangas e vamos lá carregar o garrafão que, entretanto, se chover a culpa é do São Pedro ou é do São Bento, neste caso.

Honestamente, acho que todos sabemos que nenhum processo nasce perfeito, nenhum processo destes é imaculado e parafraseando mesmo há pouco o Sr. Presidente, *“nós sabemos que não fazemos tudo bem, mas sabemos que nos esforçamos sempre para o fazer e para tentar fazer tudo bem”*. Continuando com estas metáforas, um pássaro não nasce a saber voar, mesmo assim, também há aves que têm asas e que não voam, e nós enquanto seres humanos não nascemos e conseguimos logo andar e fazer cálculos matemáticos complexos. Tudo isto é um processo de desenvolvimento, muitas vezes através de tentativa de erro e guiado ou pelos progenitores ou pelos nossos pares. Portanto, não esperamos mais nada sem ser isso, também este processo não irá ser perfeito, vai exigir um grande volume de trabalho, vai ser sempre alvo de críticas e de imperfeições, mas no fundo acho que podíamos todos ser solidários e considerar isto como um grande desígnio.

Em relação à proposta em concreto da ação social, transpor a Legislação para um Regulamento Municipal, é um instrumento indispensável para formalmente a Autarquia ter meios para operacionalizar a sua ação social, sendo fundamental para as famílias, que, infelizmente, necessitam cada vez mais de acompanhamento e de respostas rápidas para situações de carência económica ou mesmo de emergência social. Nesse sentido, o voto do PS não poderá ser outro, senão o voto favorável a esta proposta, tendo até como pressuposto, dar o benefício da dúvida ao Executivo Camarário, aos Departamentos que vão constituir essas equipas, aos técnicos municipais que terão a responsabilidade de operacionalizar, de terem todos os meios e disposições ao alcance para conseguirem fazer o melhor trabalho pela nossa população.

**Luís Maurício (CH)** – É de louvar sempre todas as iniciativas que este Município tenha para poder ajudar quem mais precisa, mas realmente vamos ajudar quem mais precisa ou vamos continuar a ajudar sempre os mesmos, é isso que temos de começar a pensar.

Devemos começar a pensar que temos a classe média cada vez mais empobrecida, vemos a inflação cada vez a aumentar mais, as taxas de juro das casas cada vez mais altas e temos de pensar que será uma classe que pode precisar de uma ajuda só por pouco tempo. Temos de começar a pensar também nessas pessoas que precisam de ajuda e são para esses que temos de começar a olhar, são para esses que produzem e que trabalham para todos nós.

Esse vai ser sempre o sentido de voto do CHEGA, que se vai abster neste assunto, porque pensa que vamos continuar a ajudar os mesmos e não vamos olhar para o problema de frente e não vamos olhar para quem mais precisa.

Regressou à Sala de sessões o deputado municipal do CH, mas encontrava-se ausente um deputado municipal da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 16 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 abstenções do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

**8. Deliberação n.º 021/2023/AM – Delib. CM n.º 655/2023 – Prorrogação do período de vigência das medidas preventivas no âmbito da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos – Processo n.º 58/22**

**Presidente da Mesa** – Relativamente a esta proposta, há uma situação que importa colocar antecipadamente, ontem, 27 de abril, chegou um ofício da CCDR com um Parecer sugerindo duas alterações em relação à proposta.

Portanto, a reunião de Câmara já se tinha realizado, este Parecer apareceu ontem, pretendendo-se dar satisfação a estas duas recomendações. A CDU já fez chegar à Mesa uma proposta de aditamento de um parágrafo, em relação às deliberações finais que a Câmara tinha aprovado. Essa redação está agora a ser distribuída, esclarecendo que se trata da aprovação deste documento, de uma suspensão do PDM e de medidas preventivas, trata-se de uma competência da Assembleia Municipal, que está no artigo 25.º, n.º 1, alínea r), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no artigo 25.º, n.º 3, está a limitação de poderes de alteração de matéria que a Assembleia não pode alterar, quando proposta pelo Executivo.

A alteração dos instrumentos de Ordenamento do Território e Urbanismo não consta, como também não consta no Decreto-Lei 80/2015, que regula os Regimes de Ordenamento de Território e Urbanismo, no seu artigo 126.º, n.º 1, alínea b), onde é dito que eles são aprovados em Assembleia Municipal, mas não limita a sua alteração, ou seja, a introdução desta correção por uma bancada ou por um membro da Assembleia, não choca com as disposições legais e poderá ser feito.

Tanto quanto o Executivo informou, há urgência na aprovação da Prorrogação das Medidas Preventivas e da Suspensão do PDM, que tem que ver com investimentos e que a aprovação desta proposta não deve passar de hoje, sob pena de uma perda de investimentos, eventualmente. Julgo que esta explicação é necessária e suficiente.

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer desfavorável por maioria, com o voto contra do PAN e as abstenções do PS, do PSD, do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

O PS justificou a abstenção reservando a posição para o plenário da Assembleia, face ao parecer da CCDR-LVT, que refere que a proposta a aprovar em Assembleia Municipal deverá conter a fixação categórica do prazo de promulgação.

**Presidente da Mesa** – Portanto, é isso mesmo que dá resposta a esta proposta de aditamento a submeter à aprovação da Assembleia, com o aditamento do n.º 4, na parte deliberativa com o seguinte teor:

*“Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Setúbal a presente proposta, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal n.º 09/23, realizada em 19/04/2023, para prorrogação, por mais um ano, contado de 12/05/2023, da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas, publicitada através do Aviso n.º 9468/22, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 10/05/2022”, isto concretiza essa preocupação.*

**Ilídio Ferreira (PS)** – Com esta proposta que vem aqui, não é propriamente de alteração, mas é de acrescentar mais um ponto à deliberação da Câmara, responde à preocupação do Partido Socialista, que foi expressa nesta declaração, e, portanto, o Partido Socialista vai, à semelhança do que tem feito e que fez o ano passado relativamente a esta matéria, votar favoravelmente.

Gostava de dizer que esta questão, para nós, é que levou à abstenção na Comissão e nós próprios na Comissão sugerimos ao técnico que estava presente esta solução, fizemo-lo porque os termos da fixação categórica tem, em termos legais, um peso diferente e mais significativo do que uma mera prorrogabilidade que era indicada na proposta. Portanto, em nosso entender, faz sentido que se defina exatamente qual é o prazo, que agora vai ficar fixado.

**Mariana Crespo (PAN)** – O PAN irá manter a sua posição contrária ao Projeto de Instalação de Painéis Fotovoltaicos na referida área de Poçoilos, motivo pelo qual, naturalmente também se oporá a quaisquer iniciativas referentes à Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal nesta área geográfica.

Como é óbvio, o PAN reconhece o potencial de Portugal para a produção de energia solar e como relevante a dependência energética do País e caminhamos no sentido de privilegiar a energia solar fotovoltaica, face às não renováveis ou a mais barragens, contudo, continuamos a ver com grande preocupação a forte proliferação das centrais solares, sem estratégia de localização, controlo ou restrições que tenham em conta as características do território.

Assim, apenas se continua a colocar em causa o Património natural, os solos mais férteis, os ecossistemas e as vontades das populações, que de um dia para o outro vêm a paisagem substituída por painéis solares. Os parques solares requerem ocupação de grandes áreas, onde é necessário proceder à remoção do coberto vegetal, limpeza e vedação do terreno, com a consequente compactação do solo, alteração das linhas de água e a redução da biodiversidade.

Há ainda a considerar, os conflitos com outros usos do território no presente e no futuro e as opções de desenvolvimento das comunidades locais. Continuamos a repetir os erros de ordenamento do passado, isto porque, a escolha do local para a Central, cabe apenas aos promotores baseando-se numa lógica de mercado e de proximidade a pontos de injeção da rede. Na realidade devemos antes apostar na produção descentralizada destinada ao autoconsumo, em vez de grandes Centrais Fotovoltaicas no espaço rural. Para isso, é antes necessário incentivar o uso dos painéis solares junto das famílias, em vez de centrais. Defendemos mais apoios e menos burocracias para a instalação de painéis em edifícios. Também é fundamental o papel das Autoridades Locais e dos Municípios para divulgar esta tecnologia junto dos seus moradores.

Além do exposto, cada vez mais, ao longo do acompanhamento deste processo, nos suscitam mais dúvidas à capacidade do promotor deste investimento. Recordo uma empresa formada em 2018, com um capital social de 142,85€ a efetivar um investimento necessário para este Projeto, acreditamos que é uma enorme falácia, acreditarmos que este é um grande Projeto para o bem das populações e da preservação ambiental do nosso País. Na prática, afigura-se como apenas mais um negócio assente meramente no lucro e feito às custas do Município.

**Vítor Rosa (BE)** – Estamos hoje aqui a votar a Prorrogação das Medidas Preventivas da Suspensão Preventiva do PDM, por mais um ano, sobre uma intenção de um promotor, na construção de uma Central Fotovoltaica e de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde.

Como referido em Assembleia Municipal Extraordinária, de 11 de março de 2022, este é um Projeto assente no interesse público, aprovado pelo Executivo e restantes Vereadores do PS e PSD.

A invocação deste interesse público por um negócio desta dimensão e as dúvidas que levantámos sobre o Promotor mantêm-se, na altura o Promotor ainda não tinha avançado com a compra do terreno. Pergunto, já o fez? Um Promotor com o capital social de 142 euros para um negócio de 35 milhões, a invocação do interesse público no negócio de milhões, para empregar vinte trabalhadores durante o ano de construção e de sete trabalhadores para os 20 a 30 anos de exploração destas duas centrais, é para este mundo dos negócios assente meramente no lucro que esta suspensão do PDM foi criada e aprovada por unanimidade em reunião da Câmara?

Na nossa opinião, sendo importante as preocupações com a transição energética, a necessidade da sustentabilidade do território e a sua proteção ambiental, esta suspensão do PDM pouco acrescenta a estas preocupações.

A questão da propriedade também se coloca, é que deixamos, mais uma vez, na mão de privados a gestão da produção de energia, deixando ao sabor do mercado, preços e custos associados, em relação aos quais sabemos quem pagará no final a fatura maior, para sustentar os lucros de alguns. Perante estas dúvidas, a nossa abstenção sobre esta deliberação.

**Natália Soares (PSD)** – Gosto de intervir sempre em prol do bem-estar da cidade, principalmente no que diz respeito a estes temas, aos quais temos de olhar de uma forma muito mais séria do que aquilo que se vê, e não é só dizer que sim, porque sim.

Estamos aqui a falar de uma empresa, é uma opção limitada, interesse público, não sei bem, porque estamos a falar de um investimento de 35 milhões, sei que isto já está numa fase avançada e só gostava de deixar aqui umas observações para pensarmos um bocadinho mais sobre os assuntos, para além do que aquilo que está à vista.

Portanto, 35 milhões para a implementação de uma Central Fotovoltaica com recurso a energia solar e uma Central de Produção de Hidrogénio Verde, estamos a falar de 20 postos de trabalho diretos durante a construção dessas centrais e mais 7 postos para a sua exploração, ou seja, 27 postos de trabalho.

Estamos a falar de 45,87 hectares que vão ser ocupados e quando dizem, também, que vão tomar em consideração a proteção das espécies que são protegidas, que sabemos muito bem que em Portugal não está a ser bem feito, porque realmente os sobreiros são cortados, o ICNF não está a fazer o seu trabalho, e eu sei bem, tenho provas disso, que não vão sobrar quaisquer tipos de espécies protegidas nesse campo de 45 hectares, de certeza. Porque as placas têm de ser contínuas, portanto, não venham cá falar de manchas verde, que vão manter as árvores, isso também não funciona, estamos a falar na pretensão de mantermos aqui o nosso bem-estar no ambiente, mas não é verdade, porque estamos a colocar para uma cidade que tem à volta de 5.149 hectares na área de Setúbal e aqui estamos a falar apenas de 45 hectares, são 45 campos de futebol.

Temos que pensar um bocadinho mais sobre o que é que andamos aqui a fazer, porque existem alternativas, 45 hectares conseguimos ir buscar a prédios e edifícios que estão construídos. Em países como a Austrália, que também é um país quente, que também recebe a temperatura acima de 25 graus, que é a temperatura de calor, como aqui em Portugal, mas não é calor é luminosidade que as placas absorvem, até porque acabam por não assimilar o calor acima de 25 graus, portanto, existe aqui uma série de nuances que também têm que ser explicadas. Neste país o que é que acontece? As placas são colocadas em casas individuais, em prédios, a área de 45 hectares é ocupada por prédios já construídos, portanto, isso é uma alternativa e de certeza que o concelho já tem 35 milhões a colocar placas individuais em prédios. Eu só gostaria de deixar aqui uma observação para começarmos a pensar um bocadinho mais, para termos uma cidade mais inteligente, do que estarmos aqui a destruir a natureza, quando é desnecessário.

**Paulo Lopes (PS)** – Depois das intervenções do deputado Vítor Rosa e agora da deputada do PSD, senti-me impelido a intervir, porque, primeiro, este Projeto foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara, pela CDU, pelo PS e pelo PSD, houve uma unanimidade dos maiores Partidos, do interesse deste Projeto para Setúbal. Seguramente não será pela criação dos postos de trabalho que são sete, mas é pelo interesse daquilo que todos defendemos, que é a transição energética, que é acabar com os combustíveis fósseis e passar para a energia solar, no caso concreto, além da energia solar, o hidrogénio verde e não podemos querer ter o melhor dos dois mundos.

Não podemos querer ter a produção de energia solar, mas não querer ter os painéis solares, não podemos querer impor que as pessoas que são donas de prédios, que não querem ter energia solar, obrigá-las a pôr.

Há um investidor que está disponível a querer investir nesta área, a produzir energia verde, a energia que todos nós defendemos, mas depois levantamos todos os entraves para que o processo se cumpra e não consigo compreender como é que, especialmente um partido que votou favoravelmente na reunião de Câmara, depois vem aqui levantar uma data de questões sobre a importância do projeto. E quero aqui repetir, que é aquilo que todos defendem, que é a transição para a energia limpa, que são os painéis solares que têm impactos como ter um telemóvel tem impacto, como ter um computador tem impacto, como ter um carro tem impacto, como ter uma casa tem impacto. Como é óbvio, não vivemos em grutas, e, portanto, não podemos ter o melhor dos dois mundos e assumimos que queremos ter aquilo que menos impacto causa ao ambiente, que são estas soluções e o Partido Socialista irá votar favoravelmente.

**Alexandre Teles (PSD)** – Depois de ouvir esta intervenção do deputado Paulo Lopes, quero dizer que quando se fala de energias verdes, que são alternativas à transição energética, tudo o que se faça tem uma pegada, uma pegada no Planeta, sejam elas as energias verdes, as hídricas e as eólicas, painéis solares, biomassa, o que nós quisemos chamar como verdes, seja as térmicas, as nucleares, sendo outras alternativas que aqui temos, todas deixam pegada.

Não estamos contra o projeto ou contra o investimento, agora dizemos que daqui a 25 anos o que é que vai acontecer àquele terreno, nós temos de fazer uma alteração ao território daqui a 25 anos e isto, se calhar, não está assim tão bem estudado. É um terreno que vai receber cada vez menos quantidade de água, um terreno que vai ficar muito danificado e depois passados os anos o que é que vamos fazer àqueles painéis fotovoltaicos, onde é que os vamos meter, a pegada está aí, daqui a 25 anos.

Toda a transição energética que está a ser feita por este Governo PS, começada pelo Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Galamba, que, simplesmente por ideologia política foi começando com o fecho antecipado das Centrais de Carvão do País, por queremos ser os meninos bonitos da Europa, por isso vamos fechar todas as Centrais de Carvão. No Governo Gerigonça foram abandonados muitos trabalhadores tanto em Sines, como no Pego, que na altura eram apoiados pela CDU e pelo Bloco de Esquerda por esta ideologia sem qualquer preparação para a transição energética.

A transição energética, de facto, pode ser feita de várias maneiras, mas há outras maneiras de ser estudada, podemos aproveitar e estudar e dar benefícios para haver uma transição melhor, para que o mercado na Península Ibérica trabalhe da melhor maneira possível, para termos o menor custo possível da energia do País e na Península Ibérica, é a exigência de reforço da ligação com França, só assim é que o sistema é perfeito. Hoje em dia temos metade da potência solar, ainda não chegamos à potência solar que está prevista nos próximos anos e já estamos a instalar centrais solares, sem consumir a energia que estamos a produzir.

Não estou a dizer que estou contra o Projeto e que não é bom, mas tudo tem a sua pegada quando nos deixamos levar pelos grandes interesses, pelas empresas e pelos fatores económicos que existem sempre nestas matérias. Agora, o nosso País foi trabalhar para ficarmos altamente dependentes, enquanto a Espanha reconvertiu as suas centrais de carvão em gás e tem centrais nucleares, tem um índice energético que faz baixar bastante o preço da energia no país, nós ficamos altamente dependentes das centrais de gás, o que faz aumentar o preço de importação de energia, nós somos altamente dependentes da importação de energia de outros países.

A bancada do PSD, vai votar favoravelmente esta proposta, este investimento económico, não estamos contra que ele seja feito, mas é preciso repensar, porque o hidrogénio que todos falam é uma perda de rendimento e um contrassenso, quando utilizamos a energia para produzir hidrogénio e depois pegamos no hidrogénio para produzir energia, estão a ver o contrassenso que existe nesta roda-viva. Gastamos para produzir hidrogénio, para depois produzir energia, é isso que nós fazemos.

**Marco Costa (PS)** – Quero só demonstrar como alguns dos nossos argumentos sobre essas questões são extremamente voláteis, para não deixarmos uma pegada ecológica num terreno de 45 hectares, vamos escavar um túnel daqui até França.

Nós temos que equacionar todas estas variáveis, mas também temos uma coisa, se não fazemos nada, qualquer dia não temos solução para a dependência energética e para o prejuízo que estamos a provocar também a este Planeta.

**Vítor Rosa (BE)** – Relativamente à questão do Promotor, parece que o PS não tem esta preocupação de termos aqui um Promotor que tem um capital social de 142€ para um negócio de 35 milhões, e este escrutínio no que respeita a este tipo de Promotores, que fazem este tipo de negócios, que depois quanto aos custos da energia, que somos todos nós que os pagamos, para o PS isto também é um negócio e passamos à frente, não olhamos sequer a este pormenor da transparência destes Promotores, que parecem que são uns patos bravos que agora estamos aqui a ter na área da energia.

**Paulo Lopes (PS)** – Só para dizer que eu não acho que o senhor deputado Vítor Rosa seja inocente, é óbvio que é um negócio, qual é a dúvida? A energia desde quando é que não é um negócio? E se não encarmos exatamente nessa perspetiva e termos tudo vocacionado para termos a melhor otimização desse negócio, para benefício da população, então o que é que estamos aqui a falar?

Vamos para aqui instalar painéis solares por uma questão de ordem ideológica, como foi aqui dito, em detrimento, por exemplo, das centrais de carvão que estão obsoletas e ainda bem que estão a fechar, em detrimento das centrais nucleares que também estão obsoletas e ainda bem que estão a fechar pela Europa fora.

Obviamente que o gás não é solução, porque ficamos cada vez mais dependentes de terceiros. Obviamente que com o solar, temos uma oportunidade de ouro para o país, para podermos produzir energia limpa e com pegada, mas a mais limpa de todas e que Portugal tem, pelos vistos, em demasia, segundo aquilo que foi dito aqui, até pelo deputado municipal do PSD.

Isto é um negócio e a Câmara Municipal e o Governo tem de preparar-se, exatamente, para que quem investe tenha o seu retorno, senão não investe, e que os utilizadores dessa energia possam ter energia mais limpa e com confiança do seu fornecimento no futuro. Não vejo qual é a dúvida, e pensar que isto não é um negócio, é mesmo uma grande inocência.

**Presidente da Câmara** – Nesta questão, há um ponto que é muito importante, esta iniciativa da Prorrogação do Prazo das Medidas Preventivas tem a ver com o facto do desenvolvimento do Projeto e da eventualidade, que espero que não aconteça, de o novo PDM não ser aprovado, antes de um ano. Isto, para dizer que este Projeto, de acordo com o novo PDM, a Câmara e a Assembleia Municipal já aprovaram este Projeto ou um idêntico, exatamente para aquela área do concelho, não quero entrar no resto da polémica.

Também dizer que recebi os investidores há pouco tempo e que vieram dizer que este pedido de prorrogação do prazo tem a ver com uma reformulação do Projeto da Produção de Hidrogénio, conseguiram uma parceria com um novo investidor e que isso leva a reformular o projeto na componente da produção de hidrogénio verde, e é por isso que estão a pedir esta prorrogação das medidas preventivas.

Quero só deixar estas duas notas, no sentido de clarificar alguns dos senhores deputados, não se trata agora de um Projeto que chega à última da hora e que nós arranjamos aqui uma maneira de o integrar, não é isso. Aprovámos em 2021, na Assembleia Municipal, o Plano Diretor Municipal, já tínhamos aprovado na reunião de Câmara e este tipo de projeto já tinha viabilidade neste território.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS e 6 do PSD, 1 voto contra do PAN e 4 abstenções, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.



**9. Deliberação n.º 022/2023/AM – Delib. CM n.º 668/2023 – Relatório Anual de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Setúbal, exercício de 2022 (período de 18 a 31 de dezembro)**

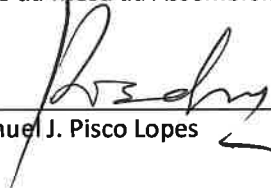
**Afonso Luz (CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do PS e as abstenções do PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU e 10 do PS, e 11 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril, de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.  
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*